2024

IPS BRASIL

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL



QUALIDADE DE VIDA NOS 5.570 MUNICÍPIOS DO BRASIL

Imazon · AMAZÔNIA 2030 · Fundación Avina · ANATTÁ PESQUISA E DESENVOLVIMENTO · CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA · SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE

IPS BRASIL
ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL BRASIL 2024

Qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil

Imazon · AMAZÔNIA 2030 · Fundación Avina · ANATTÁ PESQUISA E DESENVOLVIMENTO · CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DA AMAZÔNIA · SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE

Índice de Progresso Social Brasil 2024

Autores: Melissa Wilm, Daniel Santos, Beto Veríssimo, Marcelo Mosaner, Paulo Seifer, Sérgio Marangoni, Luana Coelho, Caíque Silva, Roberta Albuquerque, Agatha Vilhena e Ricardo Pereira Veríssimo

Coordenação Geral: Beto Veríssimo e Melissa Wilm

Coordenação Associada: Marcelo Mosaner, Sérgio Marangoni e Luana Coelho

Coordenação Técnica: Daniel Santos e Paulo Seifer

Equipe Técnica: Agatha Vilhena, Roberta Albuquerque, Caíque Silva e Ricardo Pereira Veríssimo

Colaboradores: Kim Campos**,** Ritaumaria Pereira, Jakeline Pereira, Gabriel Oliveira Gonçalves e Manuele Lima

Comunicação: Alexandre Mansur e Gustavo Nascimento

Agradecimentos: Flávia Constant, Lívia Zandonadi e Letícia Verona (Vale); Carla Chiamareli, Ana Inoue e Raquel Nonato (Fundação Itaú); Maria Netto (Instituto Soberania e Clima – iCS); Marcelo Furtado (Instituto Itaúsa), João Alegria, Marcelo Bentes e Rosalina Soares (Fundação Roberto Marinho); Cássia Christie e Bruna de Alencar (O Mundo que Queremos); Caetano Scanavino, Luana Arantes, Fernanda Folster de Paula, Cynthia Oyakawa e Jussara Batista (Projeto Saúde e Alegria); Rui Rocha (Instituto Floresta Viva); Maria Laura Louzada (Nupens - Universidade de São Paulo – USP); Melina Risso, Robert Muggah e Ilona Szabó (Instituto Igarapé); Julio Pedrassoli, Mayumi Hirye, Júlia Cansado e Tasso Azevedo (Mapbiomas); Raphael Medeiros (Centro de Empreendedorismo da Amazônia); Ricardo Abramovay e Carlos Monteiro (Universidade de São Paulo – USP); Miguel Lago e Rudi Rocha (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS); Ricardo Chaves (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); Ubiratan Cazetta (Ministério Público Federal); Breno Freitas (Universidade do Ceará – UFC); Arthur Leardini (*Not Another Boring Company*); Isaque Borges (*BorgesSoft*); Flávio Hartmann (Universidade de Columbia, EUA); Fernanda da Costa (Imazon); Sandro Holanda (Universidade Federal de Sergipe – UFS); Daniele Orofino (Organização Nossas); Marisa Moreira Salles, Tomás Avim, Eliana Silva, Ricardo Balestri e Paulo Saldiva (Instituto Bei); Ricardo Batista e Cássio França (Gife); Devam Bhaskar (Instituto Alok); Tereza Campello e Nabil Kadri (BNDS); Ricardo Paes de Barros (Insper); Franklin Murillo, Luke Greeves, Valeria Horton, Michael Green e Jaime Garcia (*Social Progress Imperative*); Binho Marques (Consultor na área de Educação); Roberto Smeraldi (Consultor e Chefe de Cozinha); Zeca Martins (Empresário); Marina Helou (Deputada Estadual, São Paulo); José Carlos Gomes, Ricardo Barcellos e Rodrigo Bandeira; Adnan Demarchi (Consultor na área de Gestão Pública).

© Copyright 2024 by Imazon, Amazônia 2030, *Fundación Avina*, Anattá Pesquisa e Desenvolvimento e *Social Progress Imperative*

Edição de Texto: Tatiana Corrêa Veríssimo
Capa: Kauan Machado e Marco Vergotti
Projeto Gráfico e Diagramação: Luciano Silva

IPS BRASIL
ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

Realização:

Imazon · Amazônia 2030 · Fundación Avina · Anattá Pesquisa e Desenvolvimento · Centro de Empreendedorismo da Amazônia · Social Progress Imperative

Parceiros:

MapBiomas · O Mundo que Queremos · Saúde & Alegria · Instituto Floresta Viva · geoplus · Instituto Igarapé a think and do tank · pm21 · Fundação Roberto Marinho · Nupens USP

Apoiadores:

Fundação Itaú · Vale · skoll · Hydro · iCS · instituto ITAÚSA · Climate and Land Use Alliance

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

IPS Brasil : índice de progresso social [livro eletrônico] : qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. -- 1. ed. -- Belém, PA : Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2024.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-89617-23-5

1. Desenvolvimento econômico 2. Desenvolvimento socioespacial 3. Municípios - Administração pública 4. Municípios - Assistência à população 5. Indicadores sociais 6. Políticas públicas.

24-226605 CDD-361.61

Índices para catálogo sistemático:

1. Municípios brasileiros : Indicadores socioeconômicos : Bem-estar social 361.61

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Prefácio 04

Introdução 07

Metodologia 12

Resultados 19

Dimensões do IPS Brasil 24

Componentes do IPS Brasil 28

Municípios com melhores e piores desempenhos 50

Estados 53

Progresso social e desenvolvimento econômico nos municípios 55

Referências 57

Anexos 59

PREFÁCIO

Há dez anos, em abril de 2014, o professor Michael Porter da *Harvard Business School* lançou o primeiro Índice de Progresso Social (IPS) no *Skoll World Forum*, evento mundial de empreendedorismo social. Ao medir o desempenho das sociedades com base inteiramente em resultados sociais e ambientais, em vez de indicadores econômicos como renda, o IPS ofereceu uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento. Mostrou que, embora rendas mais altas estejam associadas a um maior progresso social, o PIB sozinho não necessariamente determina o nível desse progresso em uma região. Os Estados Unidos, por exemplo, apesar de terem uma economia forte, ficaram em 16º lugar no mundo em progresso social.

Atualizamos o IPS a cada ano desde então, o que nos permitiu perceber muitas mudanças ao longo de dez anos. Por exemplo, a economia dos EUA continuou a crescer, enquanto o país caiu do 16º para o 29º lugar no *ranking* de progresso social. O Brasil caiu do 46º lugar em 2014 para o 67º em 2024, ou seja, os níveis de desigualdade social e econômica, que já eram extremos no país, agravaram-se ainda mais nesse período.

O IPS revelou que de fato o mundo está se movendo muito lentamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – tão lentamente que as metas para 2030 parecem mais metas para o século 22. Além disso, no ano passado, também houve o surgimento preocupante da primeira recessão global do progresso social, com os impactos da pandemia de COVID na saúde e o declínio dos direitos e da liberdade de imprensa.

O ano de 2014 marcou outro ponto de partida crítico para o IPS – a primeira aplicação subnacional do índice, o IPS Amazônia, idealizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). O instituto percebeu que levantar e analisar dados sobre os 772 municípios da Amazônia brasileira era essencial para a construção de um futuro sustentável na região. Dois membros da equipe da *Social Progress Imperative* (SPI), Antonio Aranibar e Jaime Garcia, apostaram na realização desse projeto, embora muitos outros especialistas não estivessem confiantes. Nós decidimos correr o risco e estamos felizes com os resultados.

> "O sucesso do IPS Amazônia desencadeou uma onda de inovação para usar esta ferramenta em todo o mundo."

O sucesso do IPS Amazônia desencadeou uma onda de inovação para usar esta ferramenta em todo o mundo. Por exemplo, a Comissão Europeia usa o IPS para as regiões da União Europeia como uma métrica chave de sua Política de Coesão. O Governo da Índia utiliza o índice para os seus estados e distritos a fim de impulsionar o desenvolvimento nacional. A SPI já trabalhou com parceiros da Argentina ao Canadá, da Islândia à África do Sul, da Tailândia à Austrália, o que demonstra o poder desta ferramenta para a tomada de decisões locais.

Agora estou muito satisfeito ao ver o IPS finalmente abranger todos os municípios do Brasil. Integrar essa metodologia em mais de 5.500 municípios em uma nação continental como o Brasil exigiu um mergulho profundo na diversidade sociocultural do país. Também exigiu perspicácia para trabalhar com institutos governamentais e de pesquisa e sociedade civil na busca de indicadores frequentemente atualizados. Esta foi, sem dúvida, uma empreitada monumental.

O IPS Brasil nos mostra onde estão as maiores necessidades e também os maiores avanços do país em relação ao progresso social. Avanços estes que certamente podem ser replicados em outros lugares do mundo. Além disso, o índice estabelece uma linguagem comum para governos, empresas e sociedade civil, a qual permite uma conversa produtiva sobre seus respectivos papéis no combate à pobreza e na construção de sociedades sustentáveis.

O sucesso ou fracasso do Brasil no progresso social é crítico para o Acordo de Paris e para a agenda ODS. O país abriga entre 15% e 20% da biodiversidade mundial e possui a floresta amazônica, o maior reservatório natural de carbono do planeta. Entretanto, o desmatamento persistente agrava as mudanças climáticas e alimenta a crescente desigualdade na sociedade brasileira. Isso é uma ameaça ao progresso social.

Contudo, o otimismo, a humildade, a perseverança e o espírito esperançoso do povo brasileiro aliados ao uso da ferramenta de análise que é o IPS Brasil podem fortalecer o país para uma liderança muito necessária em meio a uma recessão do progresso social no planeta. Dois exemplos de progresso social importantes que o Brasil oferece para outros países é o sistema único de saúde inclusivo, o mais abrangente do mundo, e o sistema público de transferência de renda estabelecido no início do século, o qual tirou dezenas de milhões de pessoas da pobreza.

MICHAEL GREEN
CEO - SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE

INTRODUÇÃO

O Índice de Progresso Social (IPS) é uma ferramenta que mede o **desempenho social e ambiental de territórios em todas as geografias** (países, estados, municípios e até comunidades). O IPS é um índice desenvolvido pela organização *Social Progress Imperative (SPI)*, a qual coordena a publicação anual do IPS Global para 170 países desde 2014.[1] Além disso, há também iniciativas de elaboração de IPS na escala subnacional em diferentes países como México, Índia, Estados Unidos da América, Reino Unido e na União Europeia. Essas iniciativas subnacionais tiveram como referência o IPS Amazônia desenvolvido de forma pioneira pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em 2014.

O IPS surge para complementar medidas de desenvolvimento, pois apenas o crescimento econômico sem progresso social pode resultar em degradação ambiental, aumento da desigualdade e conflitos sociais. O IPS mede diretamente **resultados finalísticos** e tem sido usado para o planejamento, avaliação de programas e

[1] Fonte: https://www.socialprogress.org/

aperfeiçoamento de políticas públicas. O índice também serve de bússola para orientar os investimentos sociais privados nos municípios.

O Imazon – em parceria com a Fundação Avina, iniciativa Amazônia 2030, Anattá Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e SPI – lança o primeiro relatório do **IPS Brasil** para os 5.570 municípios brasileiros[2], para as 26 unidades federativas e para o Distrito Federal. O IPS Brasil é a maior iniciativa de geração desse índice na escala subnacional até agora realizada no mundo.

O inédito **IPS Brasil 2024** é composto por 53 indicadores sociais e ambientais oriundos de fontes públicas. Esses indicadores foram agregados em um índice geral com nota de **0 a 100.** Por sua vez, esse índice geral está dividido em índices para três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades) e 12 componentes (Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia, Segurança Pessoal, Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar, Qualidade do Meio Ambiente, Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior).

Uma vantagem do IPS sobre outros índices sociais é a flexibilidade para adoção de novos indicadores caso seja necessário. Por exemplo, um indicador pode perder a relevância e ser substituído por outro mais apropriado na edição seguinte do IPS. Dessa forma, o índice estará sempre atualizado para medir o progresso social. E, havendo a disponibilidade histórica de um novo indicador, o IPS também pode ser calculado de forma retroativa, o que possibilita uma comparação temporal.

A partir de 2024, IPS Brasil será atualizado anualmente para que seja possível comparar o desempenho socioambiental dos municípios ao longo do tempo. Medir a situação social desses territórios numa frequência anual é essencial

"O inédito **IPS Brasil 2024** é composto por **53 indicadores** sociais e ambientais secundários oriundos de fontes públicas"

[2] Além do IPS calculado para os 5.568 municípios, também consideramos na análise a capital federal Brasília (DF) e o distrito de Fernando de Noronha (PE), conforme classificação de municípios do IBGE (2022).

para captar mudanças e tendências e contribuir para o aperfeiçoamento de políticas públicas e melhoria da gestão pública local.

O Brasil é um país diverso e de dimensão continental (5º maior do mundo), organizado em uma federação composta por 26 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE[3], a população brasileira soma atualmente 203 milhões de habitantes, dos quais 57% vivem em apenas 319 municípios.

Os municípios brasileiros repartem competências com as esferas estaduais e o governo federal. O município é a menor unidade administrativa do país, a qual possui autonomia política, de gestão e financeira. A esfera municipal possui competências importantes como saneamento básico, pavimentação e sinalização de toda a estrutura viária, criação e conservação de praças e arborização, transporte urbano e iluminação pública. O município também reparte com outras esferas federativas os serviços de educação, saúde e meio ambiente.

O relatório **IPS Brasil 2024** está organizado em três seções principais. Na primeira seção, apresentamos os conceitos básicos sobre esse índice. Na segunda, descrevemos a sua metodologia. E, na última, relatamos os principais resultados da pesquisa para todos os 5.570 municípios. Entre esses resultados, estão:

- O Brasil atingiu uma pontuação média (61,83) numa escala que vai de 0 a 100.
- Entre as dimensões do **IPS Brasil 2024**, Necessidades Humanas Básicas alcançou a melhor pontuação geral média (73,58). Já Fundamentos do Bem-estar atingiu nota 67,10, enquanto Oportunidades apresentou o pior resultado (44,83).
- Dos 12 componentes do **IPS Brasil 2024**, metade apresentou um índice médio inferior a 60. Os piores resultados foram Direitos Individuais (35,96), Acesso à Educação Superior (43,88) e Inclusão Social (48,42).
- Os componentes do **IPS Brasil 2024** com índices melhores (todos acima de 70) foram Nutrição e Cuidados Médicos Básicos (70,51), Acesso ao Conhecimento Básico (71,82), Água e Saneamento (77,79) e Moradia (87,74).
- O componente Segurança Pessoal para o Brasil em 2024 atingiu pontuação 58,27. Esse baixo índice demonstra que a violência continua sendo um problema crônico nacional, em especial nos municípios situados na Amazônia Legal e parte da Região Nordeste.

[3] Fonte: https://censo2022.ibge.gov.br/

- A Amazônia Legal apresenta a pior nota do componente Qualidade do Meio Ambiente. Isso devido principalmente ao desmatamento acumulado e às emissões associadas de Gases de Efeito Estufa (GEE).
- O componente Saúde e Bem-estar demonstra fragilidades especialmente nas regiões mais ricas do Brasil como Sul e Sudeste, expressas pelas taxas mais elevadas de obesidade, suicídios e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (por exemplo, neoplasia, diabetes, doenças circulatórias e doenças respiratórias).
- Os estados com as melhores notas do IPS foram Distrito Federal (71,25), São Paulo (66,25), Santa Catarina (64,24), Paraná (63,49) e Minas Gerais (63,11). Por outro lado, os estados com os piores índices médios foram Maranhão (55,72), Rondônia (55,67), Acre (55,31) e Pará (53,20) – todos situados na Amazônia Legal.[4]
- Os municípios brasileiros foram classificados em nove grupos (*Tiers*) em ordem decrescente no índice IPS, como a seguir:
  - *Tier* 1 (azul escuro no mapa) com os melhores resultados: 308 municípios.
  - *Tier* 2 (azul médio): 549 municípios.
  - *Tier* 3 (azul claro): 838 municípios.
  - *Tier* 4 (amarelo claro): 936 municípios.
  - *Tier* 5 (amarelo escuro): 981 municípios.
  - *Tier* 6 (laranja-claro): 929 municípios.
  - *Tier* 7 (laranja-escuro): 640 municípios.
  - *Tier* 8 (vermelho-claro): 296 municípios.
  - *Tier* 9 (vermelho) com os piores resultados: 93 municípios.

O *Tier* 1 compreendeu a maioria das capitais e boa parte dos municípios mais populosos (> 200 mil habitantes). Por outro lado, municípios nos piores *Tiers* em geral apresentavam baixa densidade demográfica e estavam distantes dos grandes centros urbanos.

[4] A porção oeste do Maranhão faz parte da Amazônia Legal. O Estado do Maranhão como um todo também faz parte da Região Nordeste.

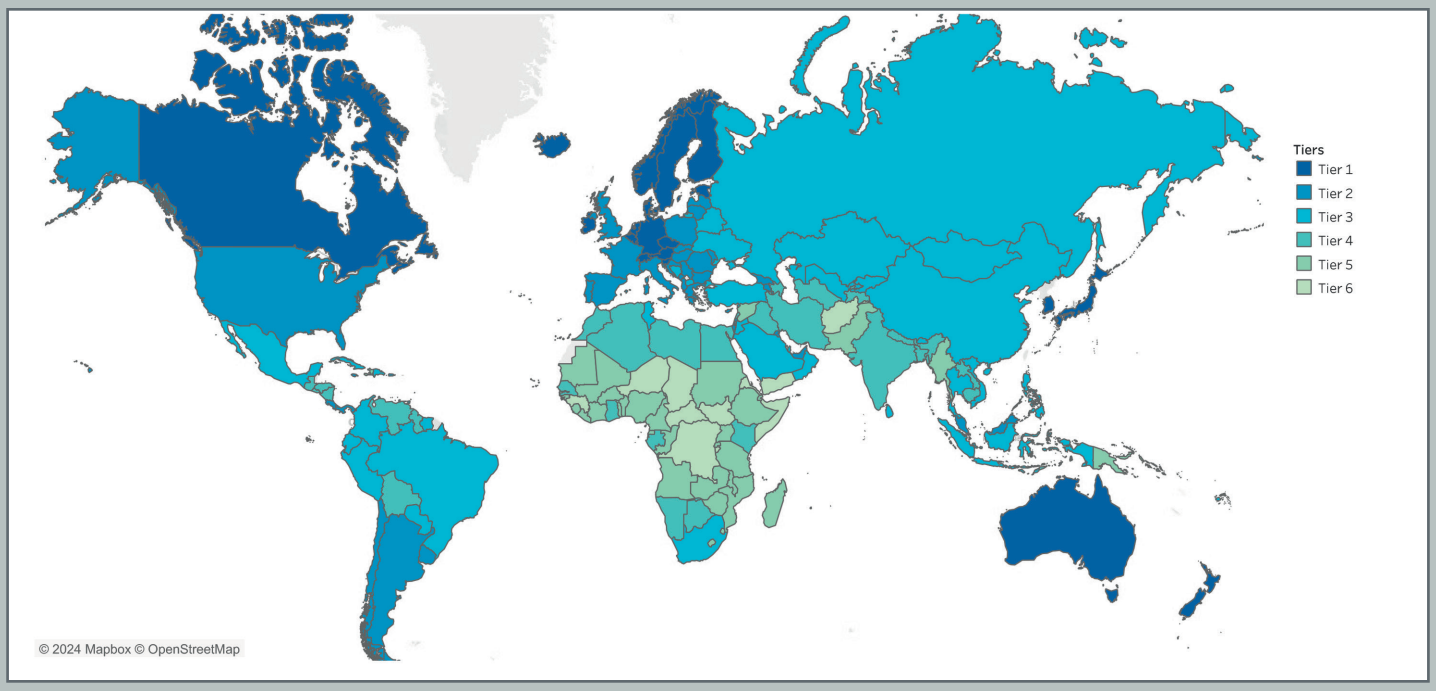
IPS GLOBAL

Desde 2013, a SPI (2024) divulga o IPS Global (Figura 1) que analisa o desempenho dos países em termos de progresso social. O cálculo desse índice, na edição de 2024, foi obtido a partir de 57 indicadores provenientes de pesquisas globais conduzidas por instituições como *Health Metrics and Evaluation*, *UN Departament of Economics and Social Affairs* e Instituto Gallup.

No ano de 2024, o **Brasil** apresentou pontuação 68,90 no IPS Global e ocupou a **67ª** posição no *ranking* entre 170 países. Na América Latina, os países com os melhores resultados foram Chile (78,43), Argentina (77,19) e Equador (69,56). Em termos globais, Dinamarca (90,30), Noruega (90,32) e Finlândia (89,96) apresentaram os melhores desempenhos no progresso social (SPI, 2024).

Em Segurança Pública, o Brasil, com pontuação 60,27, ficou na 122ª posição no *ranking* global. Dois indicadores contribuíram para esse baixo desempenho: um sobre ausência da sensação de segurança (*Feeling Safe Walking Alone*) – com pontuação 40,90 – e outro referente à taxa de violência interpessoal (*Interpersonal Violence*) com pontuação 46,40. Este último indicador coloca o Brasil entre os piores do *ranking* global (163ª posição).

Figura 1. Mapa do IPS Global 2024.



METODOLOGIA

O Progresso Social foi definido por um grupo de especialistas acadêmicos e sintetizado pelo SPI como "a capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo". A partir desse conceito, o IPS é formulado com base em quatro grandes princípios (Stern, H. *et al*., 2024):

Quadro 1. Princípios do IPS.

PRINCÍPIOS DO IPS
· **Indicadores exclusivamente sociais e ambientais:** o objetivo do IPS é medir diretamente o progresso socioambiental, sem a inclusão de indicadores econômicos.
· **Foco nos resultados:** o IPS deve medir os resultados que são importantes para a vida das pessoas (*outcomes*), não os investimentos ou esforços realizados no território (*inputs*).
· **Orientador para políticas públicas e investimentos sociais privados:** o IPS é utilizado como uma ferramenta prática para ajudar dirigentes públicos, líderes empresariais e da sociedade civil no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas e programas que acelerem o progresso social.
· **Relevância:** o objetivo do IPS é medir o progresso socioambiental de forma multidimensional e abrangente que engloba diferentes geografias como países, estados, municípios e até distritos e comunidades dentro dos municípios.

O **IPS** é constituído por três dimensões:

- **Necessidades Humanas Básicas**: determina se as necessidades essenciais da população estão sendo atendidas.
- **Fundamentos do Bem-estar**: indica se existem estruturas que garantem aos indivíduos e comunidades melhorar ou manter seu bem-estar.
- **Oportunidades**: aponta se há oportunidades para que todos os indivíduos atinjam seu potencial pleno.

Cada uma dessas dimensões inclui quatro componentes. Os componentes da dimensão **Necessidades Humanas Básicas** são Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia e Segurança Pessoal.

Os componentes da dimensão **Fundamentos do Bem-estar** são Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-estar e Qualidade do Meio Ambiente.

Os componentes da dimensão **Oportunidades** são Direitos Individuais, Liberdades Individuais e de Escolha, Inclusão Social e Acesso à Educação Superior.

Cada componente responde uma pergunta orientadora e possui de três a seis indicadores (Quadro 2).

Quadro 2. Dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS.

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	FUNDAMENTOS DO BEM-ESTAR	OPORTUNIDADES
Nutrição e Cuidados Médicos Básicos As pessoas têm comida suficiente para comer e recebem assistência médica básica?	**Acesso ao Conhecimento Básico** As pessoas têm acesso à educação fundamental?	**Direitos Individuais** Os direitos individuais das pessoas estão protegidos?
Água e Saneamento As pessoas podem beber água e manter-se limpas sem ficarem doentes?	**Acesso à Informação e Comunicação** As pessoas podem acessar livremente ideias e informações de qualquer lugar do mundo?	**Liberdades Individuais e de Escolha** As pessoas estão livres para fazer suas próprias escolhas?
Moradia As pessoas têm moradia adequada com serviços básicos?	**Saúde e Bem-estar** As pessoas vivem uma vida saudável?	**Inclusão Social** Ninguém está excluído da oportunidade de ser um membro contribuinte da sociedade?
Segurança Pessoal As pessoas estão seguras?	**Qualidade do Meio Ambiente** O meio ambiente influencia o bem-estar social?	**Acesso à Educação Superior** As pessoas têm acesso a níveis de educação superior?

A escolha dos indicadores para cada componente segue critérios rigorosos de acordo com a metodologia global do IPS. Os critérios para a escolha dos indicadores são:

1. Ser social ou ambiental.
2. Medir resultado.
3. Ter uma fonte confiável e pública (dados secundários).
4. Ser um dado recente (no máximo 5 anos).
5. Ter disponibilidade para todos ou quase todos os territórios (<95% - 100%).

Desses critérios, o mais difícil de atingir é o segundo, ou seja, utilizar apenas indicadores de resultado. Por essa razão, por vezes, esse critério é adaptado como *proxy* de acesso a um determinado recurso. Além disso, cada indicador passa por um processo rigoroso na análise estatística desde a validação da qualidade e a confiabilidade do dado[5] até a normalização (para que os dados sejam comparáveis).

O índice varia de 0 (pior) a 100 (melhor) e corresponde à média simples dos resultados do IPS das três dimensões (Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar e Oportunidades). A nota de cada dimensão, por sua vez, é a média simples dos resultados de cada componente. E, por fim, os resultados dos componentes são gerados a partir de pesos obtidos entre os indicadores por meio da Análise de Componentes Principais (ACP):

$$Componente = \frac{(x - pior\ valor)}{(melhor\ valor - pior\ valor)}$$

Na qual "x" é o valor bruto do componente para cada município, enquanto os melhores e os piores valores se referem aos valores máximos e mínimos de cada indicador entre todos os municípios.

Para calcular o IPS Brasil 2024, utilizamos um total de 53 indicadores (Quadro 3 e Anexo IV) provenientes de fontes oficiais e de institutos de pesquisa, tais como DataSUS, Sisvan/Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (Snis), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mapbiomas, Anatel, CadÚnico, entre outras.

[5] As análises *Kaiser Meyer-Olkin* (KMO) e *Alfa de Cronbach* foram utilizadas para verificar a validade e a confiabilidade da ACP de todos os componentes de acordo com a metodologia do IPS.

Quadro 3. Indicadores do IPS Brasil 2024.

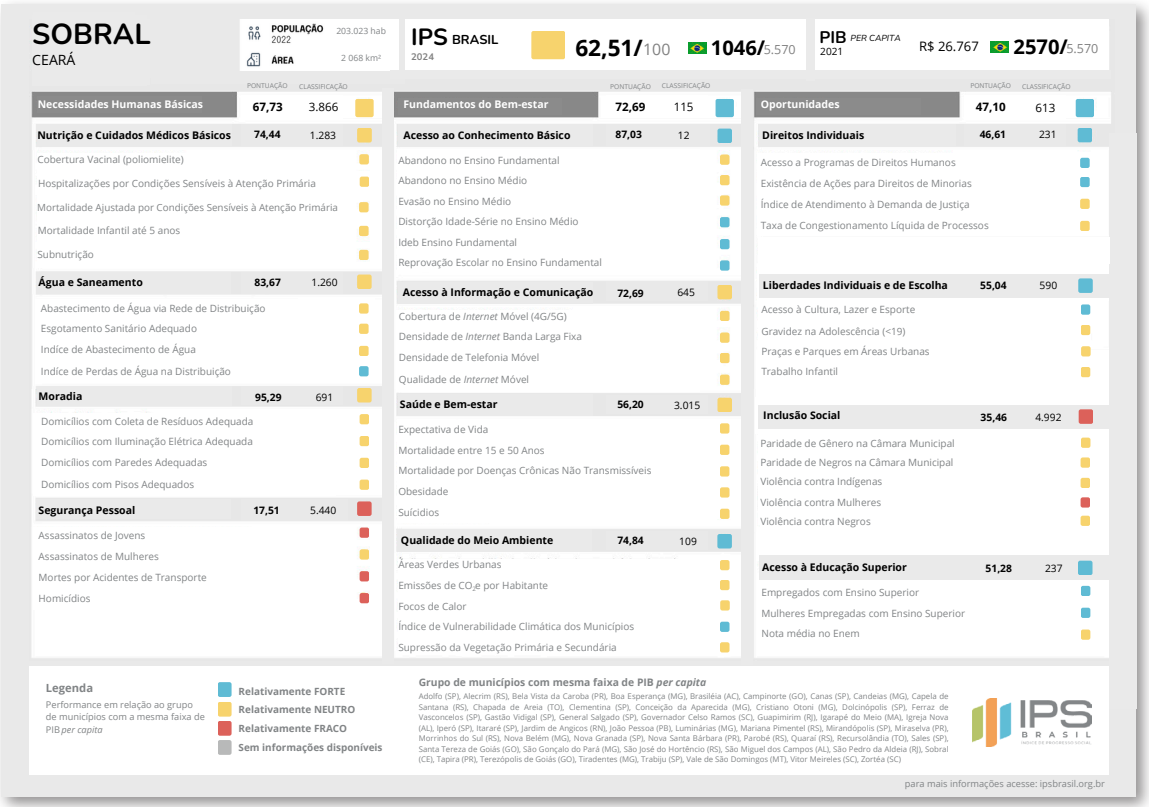
Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-estar	Oportunidades
Nutrição e Cuidados Médicos Básicos **1.** Cobertura Vacinal (poliomielite) **2.** Hospitalizações por Condições Sensíveis à Atenção Primária **3.** Mortalidade Ajustada por Condições Sensíveis à Atenção Primária **4.** Mortalidade Infantil até 5 anos **5.** Subnutrição	**Acesso ao Conhecimento Básico** **1.** Abandono no Ensino Fundamental **2.** Abandono no Ensino Médio **3.** Evasão no Ensino Médio **4.** Distorção Idade-Série no Ensino Médio **5.** Ideb Ensino Fundamental **6.** Reprovação Escolar no Ensino Fundamental	**Direitos Individuais** **1.** Acesso a Programas de Direitos Humanos **2.** Existência de Ações para Direitos de Minorias **3.** Índice de Atendimento à Demanda de Justiça **4.** Taxa de Congestionamento Líquida de Processos
Água e Saneamento **1.** Abastecimento de Água Via Rede de Distribuição **2.** Esgotamento Sanitário Adequado **3.** Índice de Abastecimento de Água **4.** Índice de Perdas de Água na Distribuição	**Acesso à Informação e Comunicação** **1.** Cobertura de *Internet* Móvel (4G/5G) **2.** Densidade de *Internet* Banda Larga Fixa **3.** Densidade de Telefonia Móvel **4.** Qualidade de *Internet* Móvel	**Liberdades Individuais e de Escolha** **1.** Acesso à Cultura, Lazer e Esporte **2.** Gravidez na Adolescência (<19 anos) **3.** Praças e Parques em Áreas Urbanas **4.** Trabalho Infantil
Moradia **1.** Domicílios com Coleta de Resíduos Adequada **2.** Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada **3.** Domicílios com Paredes Adequadas **4.** Domicílios com Pisos Adequados	**Saúde e Bem-estar** **1.** Expectativa de Vida **2.** Mortalidade entre 15 e 50 Anos **3.** Mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis **4.** Obesidade **5.** Suicídios	**Inclusão Social** **1.** Paridade de Gênero na Câmara Municipal **2.** Paridade de Negros na Câmara Municipal **3.** Violência contra Indígenas **4.** Violência contra Mulheres **5.** Violência contra Negros
Segurança Pessoal **1.** Assassinatos de Jovens **2.** Assassinatos de Mulheres **3.** Mortes por Acidentes de Transporte **4.** Homicídios	**Qualidade do Meio Ambiente** **1.** Áreas Verdes Urbanas **2.** Emissões de CO_2e por Habitante **3.** Focos de Calor **4.** Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios **5.** Supressão da Vegetação Primária e Secundária	**Acesso à Educação Superior** **1.** Empregados com Ensino Superior **2.** Mulheres Empregadas com Ensino Superior **3.** Nota Média no Enem

Os resultados do IPS Brasil são apresentados por meio de um *scorecard* dos municípios (Figuras 2, 3 e 4), o qual permite a visualização da pontuação do município (0-100) e sua classificação em relação aos demais do país (x/5.570). O

scorecard também apresenta o valor de PIB *per capita*[6] e a classificação do município em relação aos demais (x/5.570). Assim, é possível verificar se o resultado é equivalente, superior ou inferior ao esperado dentro de parâmetros econômicos. Por sua vez, o farol (azul, amarelo e vermelho) no IPS Brasil 2024 representa o desempenho do município em comparação com outros 49 municípios, distribuídos pelo Brasil, que estavam situados na mesma faixa de PIB *per capita* em 2021.

Os resultados gerais para dimensões, componentes e indicadores também recebem um farol azul (resultado relativamente forte), amarelo (relativamente neutro) ou vermelho (relativamente fraco) quando comparados com os demais municípios que estão na mesma faixa de PIB *per capita*. Ao analisar o IPS, é fundamental considerar o tripé de resultados: pontuação (de 0 a 100), comparação (x/5.570) e farol de desempenho (azul, amarelo e vermelho).[7]

Figura 2. *Scorecard* de Sobral (CE) no IPS Brasil 2024.



[6] Renda *per capita* também pode ser usada na comparação, mas infelizmente esse dado não é atualizado anualmente para todos os municípios do Brasil. O indicador PIB Real *per capita* (calculado a partir do PIB Nominal do IBGE e índice de inflação IPCA) do ano 2021 foi utilizado para a corrente análise, mesmo sendo um indicador que pode ser muito influenciado por fatores externos (como grandes projetos e investimentos) e presença de negócios com rigidez locacional como mineração industrial e hidrelétricas.

[7] O farol para os indicadores representa o desempenho esperado para aquele indicador, e a sua indicação depende do contexto no qual está inserido. Por exemplo: para indicador Homicídios, quanto maior a nota, pior o desempenho. Já para o indicador Nota Média no Enem, quanto maior a nota, melhor o desempenho.

Figura 3. *Scorecard* de Maringá (PR) no IPS Brasil 2024.

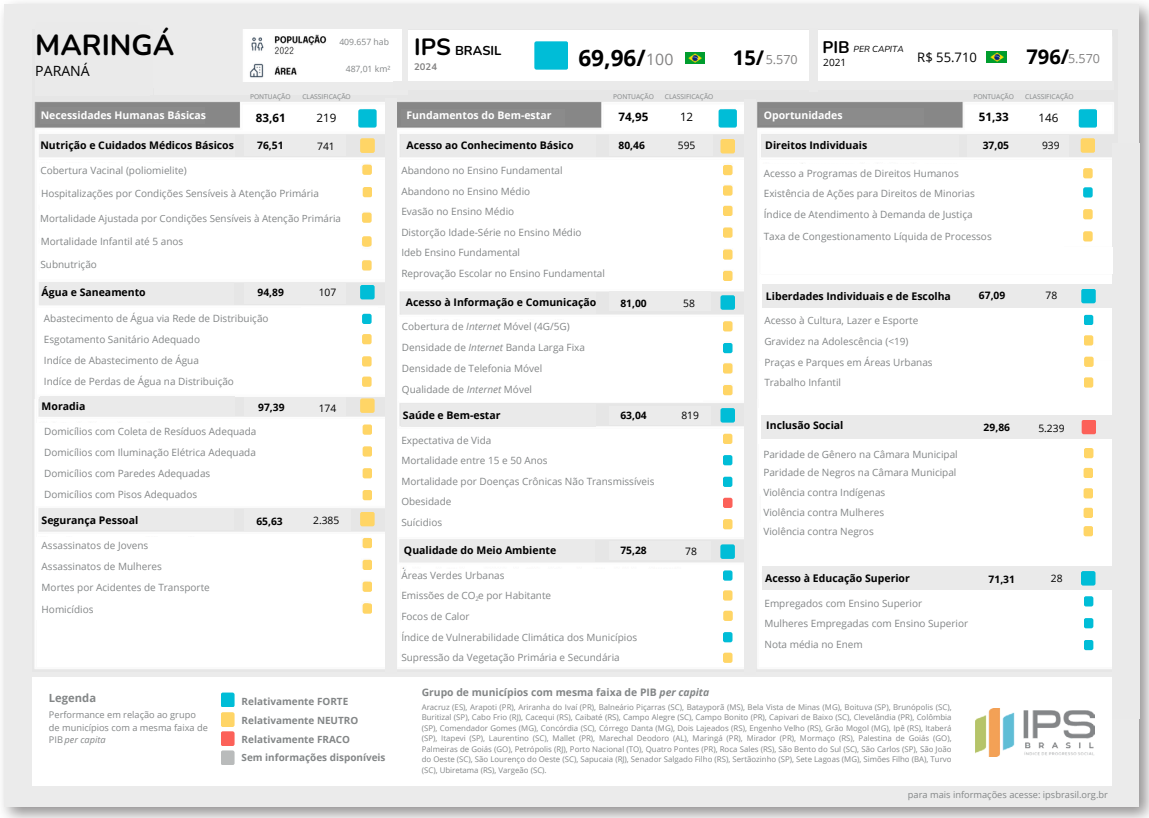
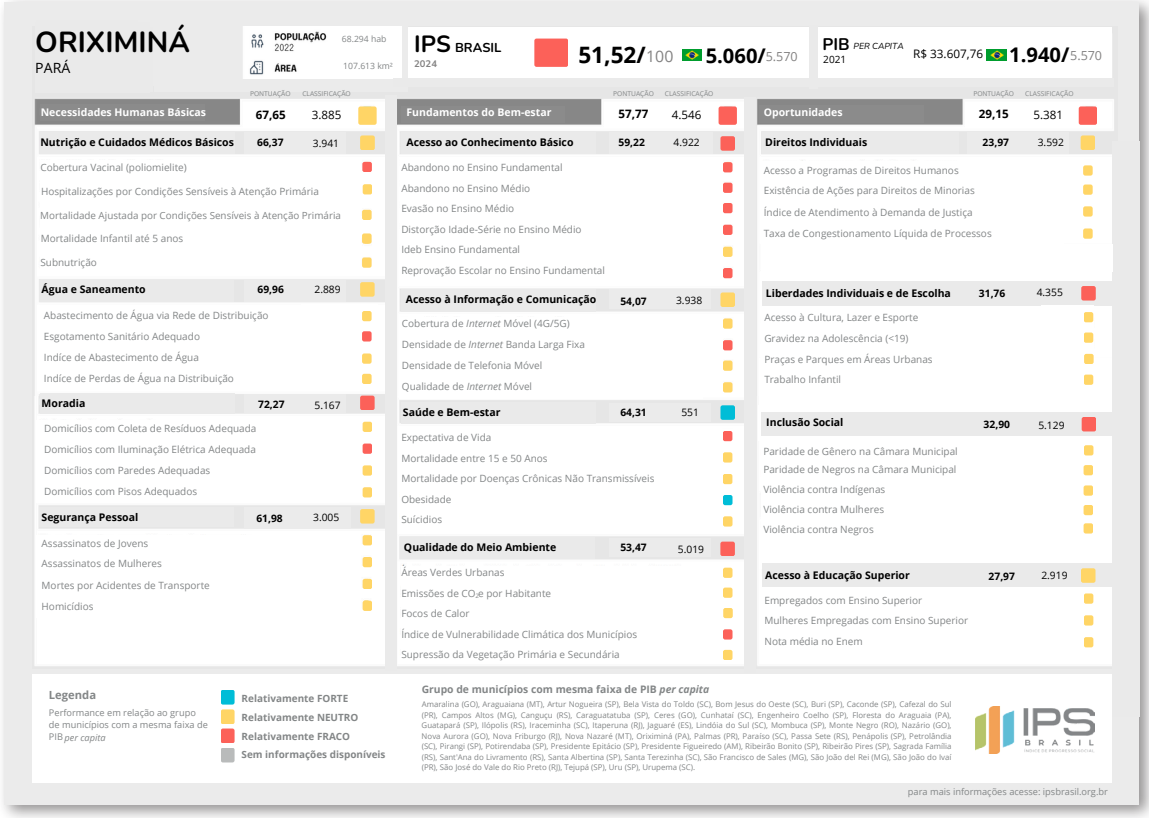


Figura 4. *Scorecard* de Oriximiná (PA) no IPS Brasil 2024.



Há desafios importantes na geração do IPS Brasil. O primeiro é a extensão continental do país e o elevado número de municípios. O segundo diz respeito ao processo de análise comparativa, ou seja, como comparar municípios com realidades tão distintas? Uma possibilidade é a análise comparativa IPS x PIB *per capita*, a qual permite gerar um farol de desempenho entre municípios na mesma faixa de PIB *per capita*. O terceiro desafio é obter indicadores que se encaixem nos critérios do IPS e respondam plenamente as perguntas norteadoras de cada componente, principalmente para a dimensão Oportunidades.

Notas de precaução e limitações

- O IPS é construído a partir de indicadores de fontes secundárias que avaliam taxas médias dentro dos perímetros municipais. Por isso, não é possível fazer análises dentro dos municípios entre bairros ou na comparação rural *versus* urbana.
- Os dados do IPS Brasil não refletem necessariamente as condições sociais e culturais específicas dos povos originários[8] e tradicionais sejam quilombolas, populações extrativistas, entre outros. Para tanto, seria necessário um IPS específico com levantamento de dados primários.
- A subnotificação de indicadores – que reflete um problema estrutural comum a qualquer processo de coleta na escala municipal – é sempre uma possibilidade, especialmente nos indicadores dos componentes Segurança e Saúde e Bem-estar.
- Em geral, os municípios situados na Amazônia Legal possuem grande extensão territorial em contraste com municípios menores das demais regiões. Esse contraste cria um efeito visual desproporcional, pois os mapas refletem o tamanho dos territórios e não a densidade populacional de cada município.
- Por fim, o IPS possui uma metodologia adaptável para qualquer geografia. Por exemplo, o Brasil possui pontuação 68,90 no IPS Global 2024, enquanto no IPS Brasil 2024 a nota é 61,83. Essa diferença ocorre porque a escolha dos indicadores no cálculo do IPS Global reflete o contexto internacional (são usados somente indicadores que possam estar disponíveis na grande maioria dos países do mundo). Já no IPS Brasil, os indicadores selecionados refletem a realidade brasileira e são comparados apenas dentro do próprio país.

[8] No IPS Brasil 2024, os povos originários são considerados no componente Inclusão Social por meio do indicador Violência contra Indígenas.

RESULTADOS

O IPS Brasil 2024 atingiu uma pontuação **61,83** para todo o país[9]. Entre as dimensões, **Necessidades Humanas Básicas** alcançou pontuação 73,58, **Fundamentos do Bem-estar** atingiu 67,10 e **Oportunidades** obteve apenas 44,83.

As 5.570 unidades de análise foram classificadas em nove grupos (*Tiers*) conforme os resultados obtidos no IPS Brasil 2024, apresentados em suas respectivas escalas de cores, como mostram a Figura 5 e a Tabela 1.

[9] A pontuação geral do IPS Brasil 2024 nas três dimensões e nos 12 componentes para o Brasil foi obtida a partir da média ponderada entre as pontuações do IPS e a população do Censo Demográfico 2022.

Os Nove Brasis

Foi possível dividir os municípios em blocos com realidades bem distintas a partir dos nove níveis de progresso social.

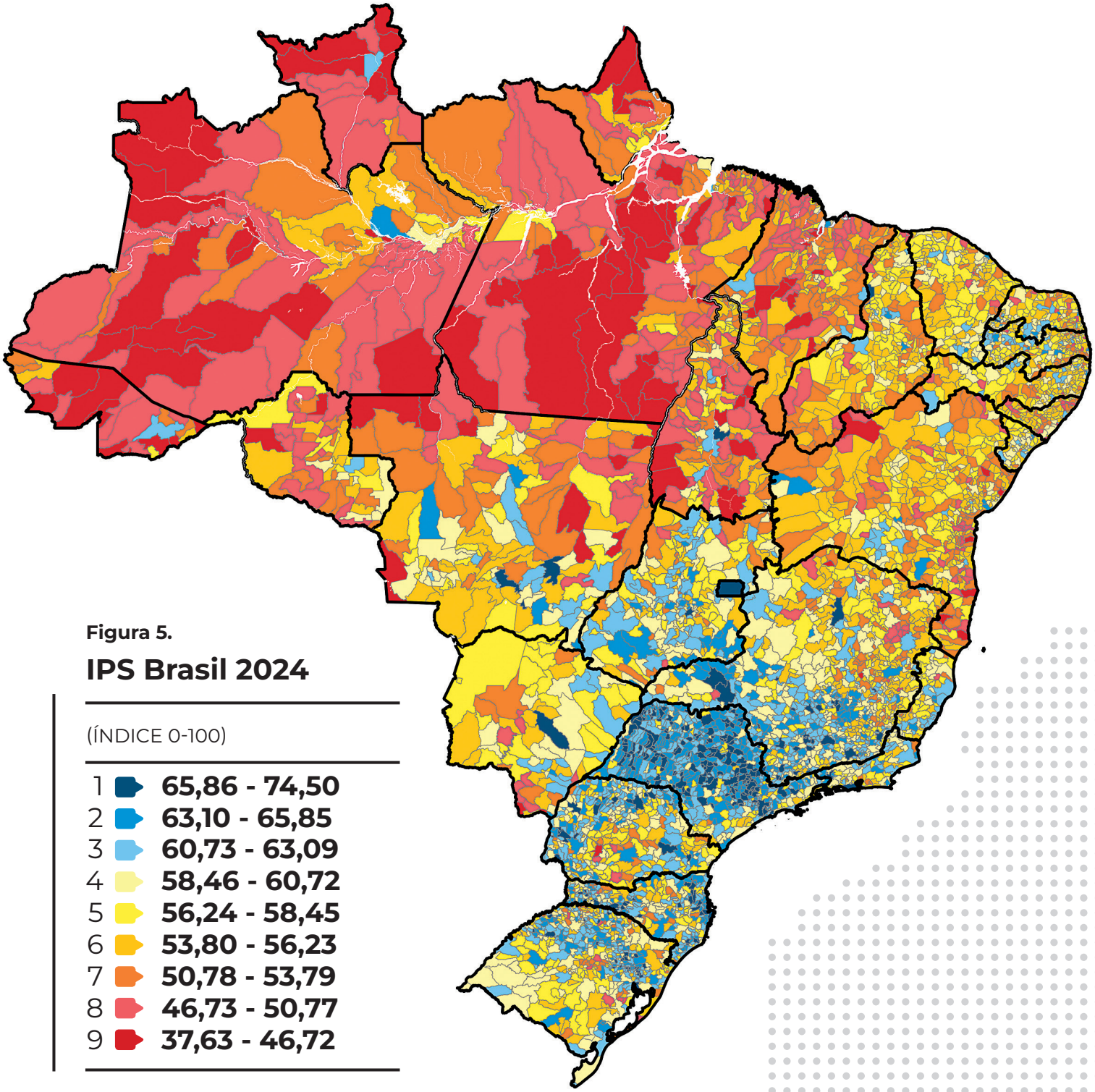


Figura 5.

IPS Brasil 2024

(ÍNDICE 0-100)

1	**65,86 - 74,50**
2	**63,10 - 65,85**
3	**60,73 - 63,09**
4	**58,46 - 60,72**
5	**56,24 - 58,45**
6	**53,80 - 56,23**
7	**50,78 - 53,79**
8	**46,73 - 50,77**
9	**37,63 - 46,72**

Tabela 1. Principais pontuações médias e dados relevantes para cada *Tier* do IPS Brasil 2024.[10]

NÍVEL (*TIER*)		1	2	3	4	5	6	7	8	9	Brasil
IPS BRASIL		67,41	64,30	61,89	59,57	57,35	55,12	52,48	49,11	44,58	61,83
DIMENSÕES	Necessidades Humanas Básicas	82,14	79,91	77,32	74,32	70,70	67,24	63,08	58,51	53,81	73,58
	Fundamentos para o Bem-estar	70,76	68,59	66,50	64,17	62,17	60,04	57,66	54,19	48,41	67,10
	Oportunidades	49,31	44,40	41,83	40,23	39,19	38,07	36,69	34,62	31,52	44,83
MUNICÍPIOS POR NÍVEL	Quantidade	308	549	838	936	981	929	640	296	93	5.570
	Área (milhões de km²)	0,14	0,30	0,53	0,74	0,94	1,25	1,49	1,75	1,35	8,50
	Área (%)	1,7	3,5	6,3	8,8	11,0	14,7	17,5	20,5	15,9	100
POPULAÇÃO 2022 (HABITANTES)	Número de habitantes	59.002.146	35.578.662	29.436.753	23.518.885	20.552.734	16.424.444	10.917.376	5.699.592	1.950.164	203.080.756
	% do total do Brasil	29,1	17,5	14,5	11,6	10,1	8,1	5,4	2,8	1,0	100
PIB REAL 2021	R$ trilhões	3,72	1,67	1,29	0,76	0,72	0,53	0,24	0,11	0,04	9,08
	% do total do Brasil	41	18	14	8	8	6	3	1	0,4	100
PIB REAL *PER CAPITA* (R$/HAB.) 2021		56.835	48.117	42.701	33.223	29.542	27.336	23.968	23.442	22.698	42.556
EMISSÕES CO_2e	Totais (milhões de t)	150,4	146,1	189,1	176,5	192,4	199,2	220,6	307,4	259,2	1.840,9
	per capita (t CO_2e/hab.)	2,6	4,1	6,3	7,6	9,1	12,1	20,1	53,5	132,9	9,1

O ***Tier* 1** (azul escuro no mapa) compreendia somente 308 municípios com IPS Brasil médio igual a **67,41**. Esses municípios ocupavam menos de 2% do território brasileiro, mas abrigavam 29% da população e respondiam por 41% do PIB do país. A maioria das capitais brasileiras estava neste *Tier*. Também havia municípios com população inferior a 10 mil habitantes neste grupo, por exemplo, Gavião Peixoto (SP) que atingiu a melhor pontuação no IPS Brasil **(74,49)**.

[10] Fontes dos dados:
Área e número de municípios: Malha Municipal Digital e Áreas Territoriais 2022 (IBGE, 2022).
População dos municípios: População Residente Total do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023a).
PIB dos municípios: refere-se ao PIB Real (a preços constantes) calculado a partir do PIB Nominal (a preços correntes) do IBGE (2023b) e o deflator implícito do IPCA (BCB, 2024). Com esse PIB obtido, a população residente total do Censo Demográfico 2022 foi utilizada para o cálculo do PIB Real *per capita* (IBGE, 2023a).
Emissões de CO_2e: proveniente do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (Seeg, 2024a). Os valores de emissões de CO_2e *per capita* foram obtidos com a população residente total do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023a).

O ***Tier* 2** (azul médio no mapa) compreendia 549 municípios com IPS Brasil médio igual a **4,30**. Esses municípios ocupavam apenas 4% do território nacional, mas abrigavam 18% da população brasileira e respondiam por 18% do PIB do país. Havia muitos municípios com mais de 100 mil habitantes e algumas capitais neste *Tier*, por exemplo, Manaus (AM), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

O ***Tier* 3** (azul claro no mapa) compreendia 838 municípios com IPS Brasil médio igual a **61,89**. Esses municípios ocupavam apenas 6% do território, abrigavam 14% da população brasileira e respondiam por 14% do PIB do país. Quatro capitais faziam parte deste *Tier*: Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Belém (PA) e Maceió (AL).

O ***Tier* 4** (amarelo claro no mapa) compreendia 936 municípios com IPS Brasil médio igual a **59,57**. Esses municípios ocupavam 9% do território nacional, abrigavam 12% da população e respondiam por apenas 8% PIB do país.

O ***Tier* 5** (amarelo no mapa) compreendia 981 municípios com IPS Brasil médio igual a **57,35**. Esses municípios ocupavam 11% do território nacional, abrigavam 10% da população brasileira e respondiam por apenas 8% do PIB do país. Duas capitais faziam parte deste *Tier*: Macapá (AP) e Porto Velho (RO).

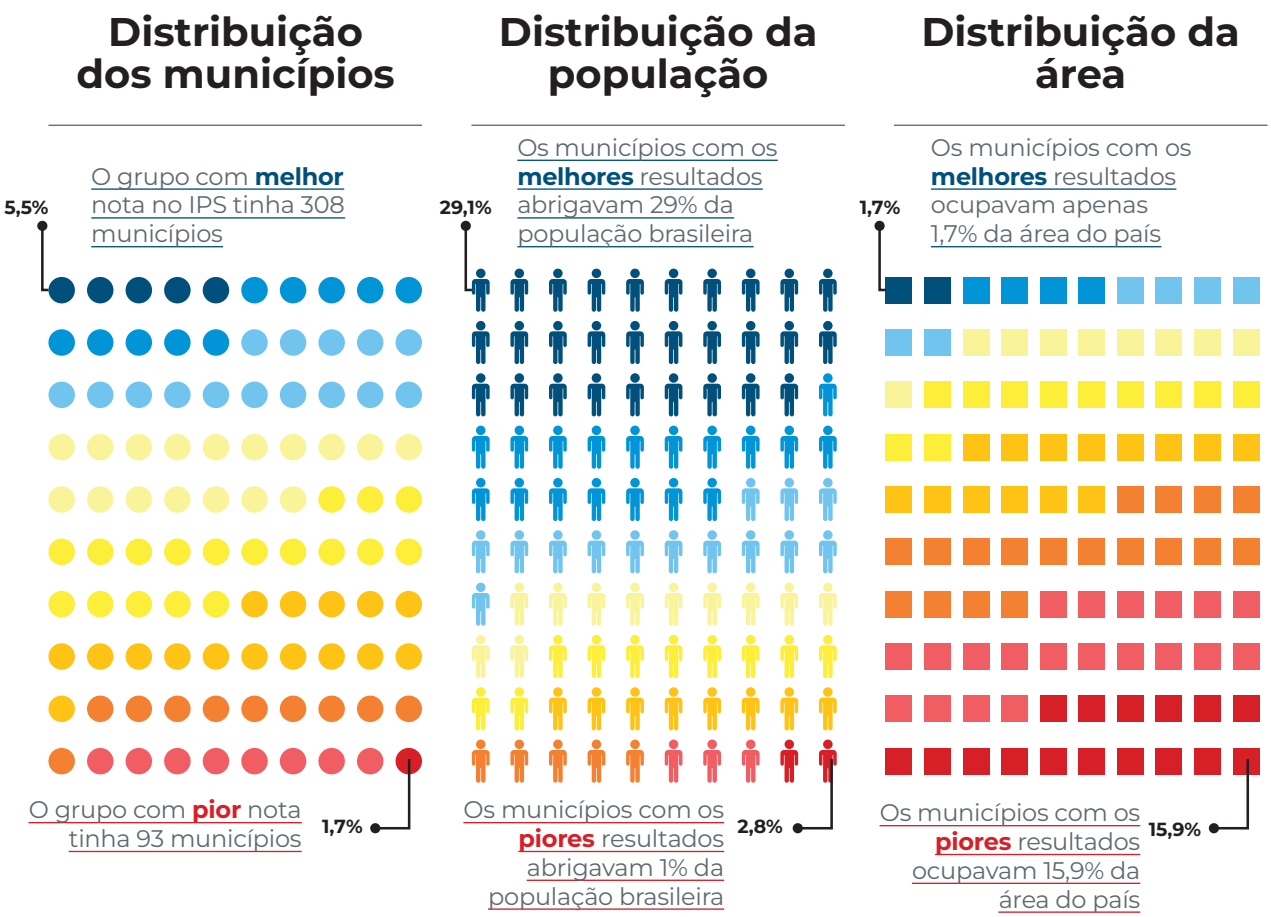
O ***Tier* 6** (laranja claro no mapa) compreendia 929 municípios com IPS Brasil médio igual a **55,12**. Esses municípios ocupavam 15% do território nacional, abrigavam apenas 8% população brasileira e respondiam por somente 6% do PIB do país.

O ***Tier* 7** (laranja escuro no mapa) compreendia 640 municípios com IPS Brasil médio igual a **52,48.** Esses municípios ocupavam 17% do território nacional, abrigavam apenas 5% da população brasileira e respondiam por somente 3% do PIB do país.

O ***Tier* 8** (vermelho claro no mapa) compreendia 296 municípios com IPS Brasil médio igual a **49,11**. Esses municípios ocupavam 20% do território nacional, abrigavam apenas 3% da população brasileira e respondiam por somente 1% do PIB do país.

Por fim, o ***Tier* 9** (vermelho escuro no mapa) compreendia apenas 93 municípios com IPS Brasil médio igual a **44,58.** Esses municípios ocupavam 16% do território nacional, abrigavam apenas 1% da população e respondiam por somente 0,4% do PIB do país.

Quantos brasileiros estavam em cada nível de progresso social



Os municípios dos *Tiers* 1, 2 e 3 (em tons de azul no mapa) são aqueles que possuíam melhor desempenho social. Somados, representavam aproximadamente 31% do total dos municípios brasileiros, ocupavam 12% do território nacional (aproximadamente 1 milhão de km²), abrigavam 61% da população brasileira (aproximadamente 124 milhões de habitantes) e respondiam por 74% do PIB do país.

Os municípios dos *Tiers* 4, 5 e 6 (em tons de amarelo no mapa) possuíam desempenho intermediário no progresso social. Somados, representavam aproximadamente 51% do total dos municípios brasileiros, ocupavam 34% do território nacional, abrigavam 30% da população brasileira (aproximadamente 60,5 milhões de habitantes) e respondiam por 22% do PIB do país.

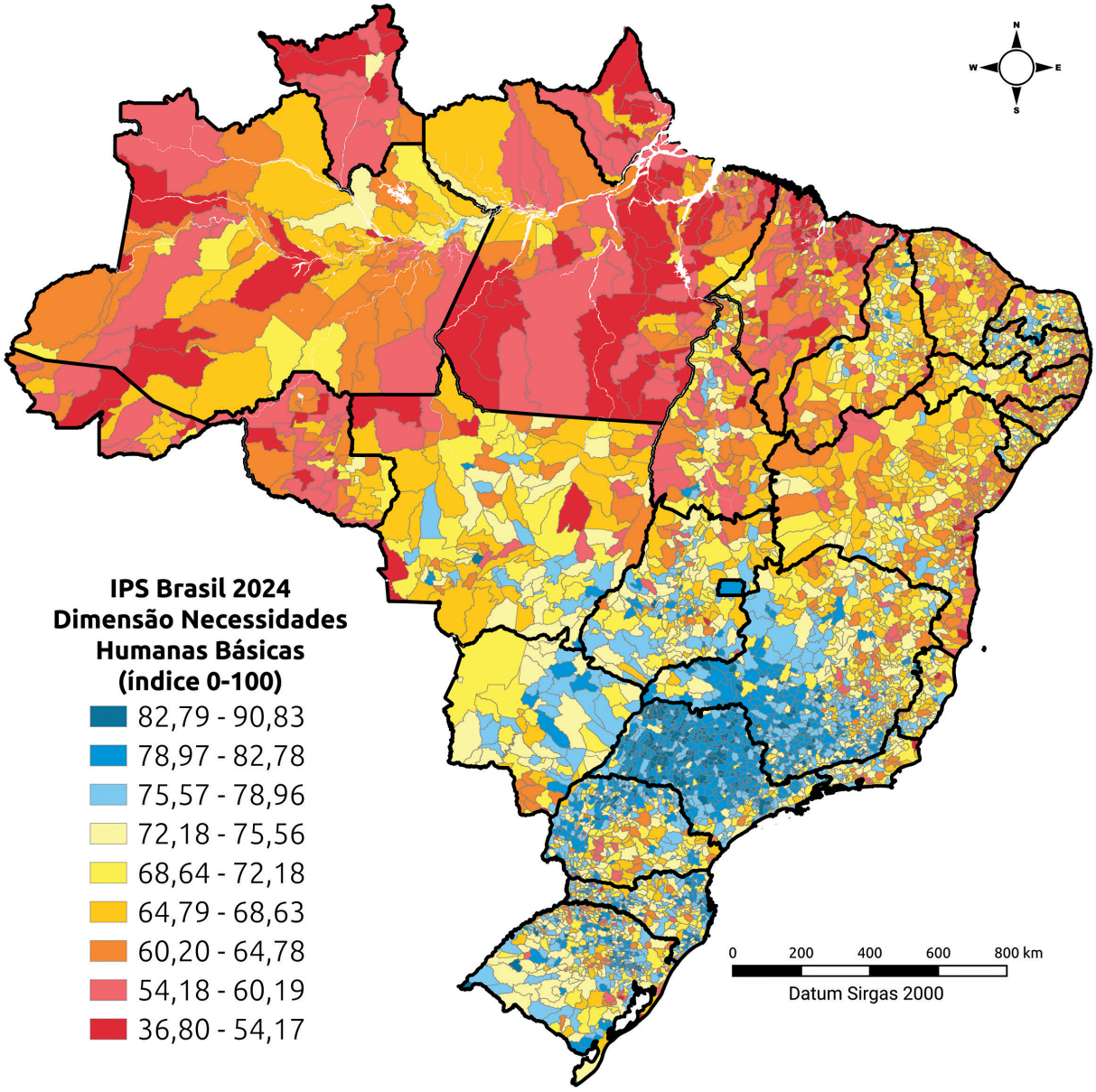
Os municípios dos *Tiers* 7, 8 e 9 (tons de vermelho no mapa) possuíam as piores notas médias do IPS Brasil. Somados, representavam 18% dos municípios brasileiros, ocupavam 54% do território nacional (4,58 milhões de km²), abrigavam apenas 9% da população brasileira (aproximadamente 18,5 milhões de habitantes) e respondiam por somente cerca de 4% do PIB do país; a grande maioria desses municípios estava localizada na Amazônia Legal.

DIMENSÕES DO IPS BRASIL

A dimensão **Necessidades Humanas Básicas** aborda componentes que retratam o que é mais fundamental para o bem viver, respondendo a pergunta orientadora “o município atende às necessidades mais essenciais da sua população?”. Esta dimensão avalia a capacidade de uma população sobreviver com alimentação adequada e cuidados médicos básicos, água de qualidade, condições de saneamento, abrigo e segurança pessoal (Figura 6).

Ela apresentou o melhor desempenho na composição do IPS Brasil 2024, com nota 73,58, e também obteve bom desempenho no nível municipal com as melhores pontuações do IPS. Os municípios localizados na Amazônia Legal apresentaram um desempenho menor que o do restante do Brasil. Os componentes que tiveram mais influência sobre os resultados foram Água e Saneamento e Moradia. Os municípios situados na Região Sudeste, em especial o estado de São Paulo e as porções central e sul de Minas Gerais, apresentaram manchas azuis significativas nesta dimensão.

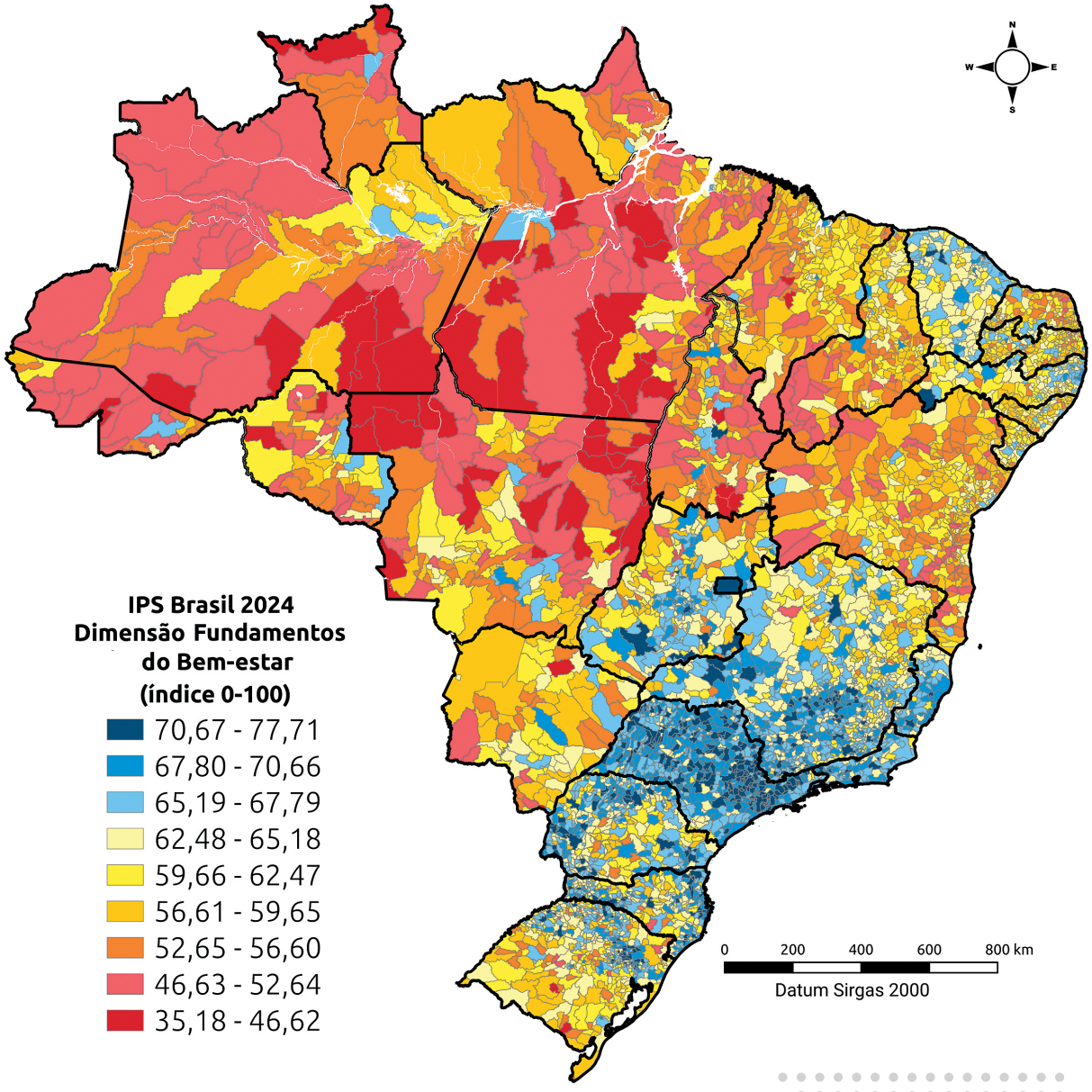
Figura 6. Dimensão Necessidades Humanas Básicas do IPS Brasil 2024.



A dimensão **Fundamentos do Bem-estar** possui elementos que nos permitem identificar se há condições efetivas para ampliação da qualidade de vida de uma população e responde a pergunta orientadora "existem estruturas implementadas que garantem aos indivíduos e às comunidades a melhoria e sustento do seu bem-estar?". Esta dimensão retrata até que ponto os indivíduos podem obter uma educação básica de qualidade, acesso à informação e tecnologias e se são beneficiárias de uma estrutura de saúde que permite uma vida longa e mais saudável. Além disso, esta dimensão também mede a qualidade do meio ambiente do território, um componente fundamental para o bem-estar atual e futuro (Figura 7).

Esta dimensão obteve pontuação média de **67,10** no IPS Brasil. Contudo, houve uma discrepância entre os municípios e os estados, com destaque positivo para os municípios situados na Região Sudeste e algumas áreas nos estados do Paraná e Santa Catarina. Em contrapartida, é possível observar uma maior concentração de municípios críticos na Amazônia Legal e nos estados do Piauí, Bahia e Mato Grosso do Sul. Nesta dimensão, que bem retrata a heterogeneidade do progresso social em nível municipal do Brasil, destacam-se os componentes Acesso ao Conhecimento Básico e Saúde e Bem-estar.

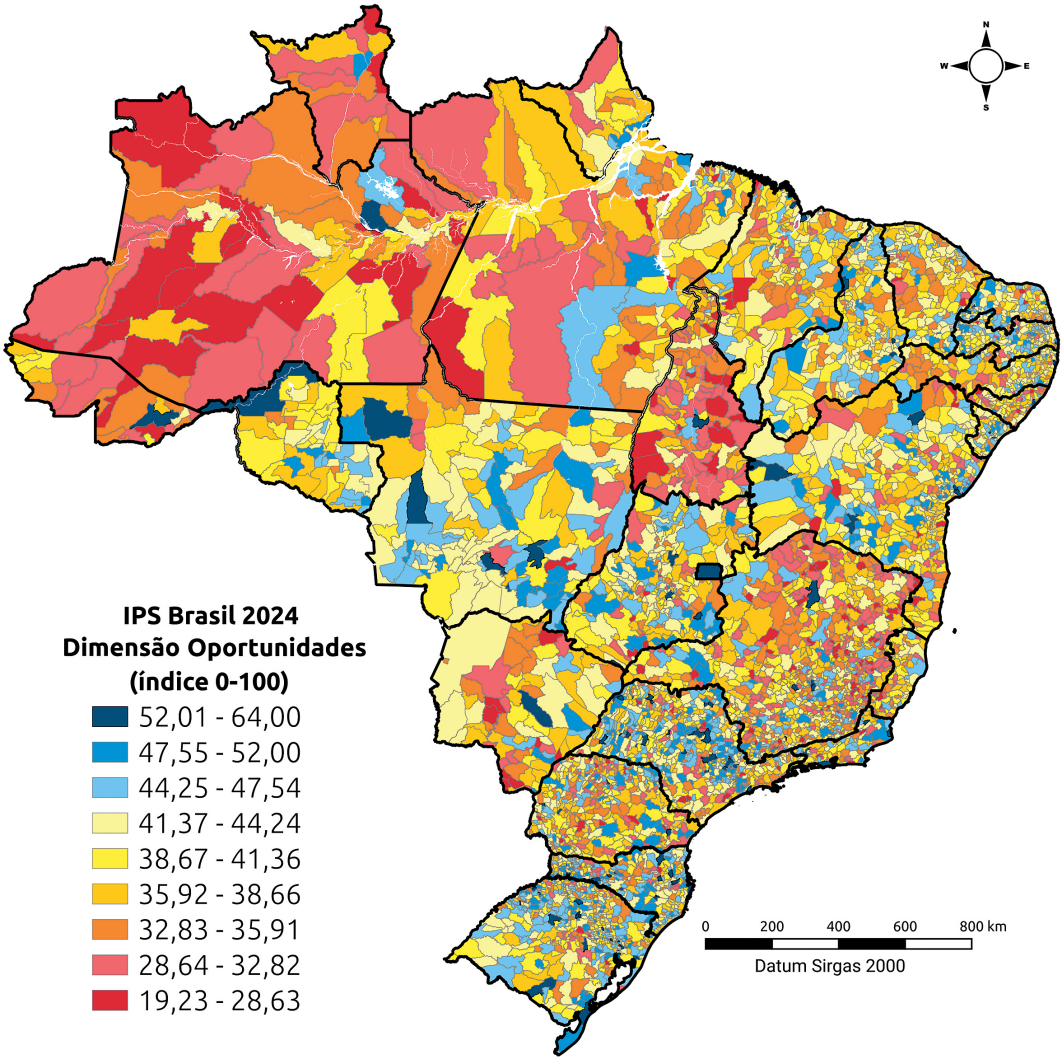
Figura 7. Dimensão Fundamentos do Bem-estar do IPS Brasil 2024.



Por fim, a dimensão **Oportunidades** mede se há condições estruturais que podem impulsionar ou impedir a busca pelo progresso social e crescimento individual de cidadãos. Esta dimensão é orientada pela pergunta "existem oportunidades para todos os indivíduos atingirem o seu potencial pleno?". Dessa forma, o IPS abrange um espectro amplo de fatores que contribuem para o verdadeiro progresso social; diferentemente de outras abordagens que se concentram apenas nas necessidades fundamentais e muitas vezes esquecem ou isolam esta dimensão. Oportunidades é tradicionalmente a dimensão mais difícil de mensurar no IPS em todo mundo. Isso porque envolve temas que muitas vezes não podem ser plenamente medidos – por exemplo, aqueles ligados à liberdade pessoal e de escolha ou à inclusão social – sobretudo pela carência de indicadores a nível municipal (Figura 8).

Esta dimensão obteve pontuação média de apenas **44,83** no IPS Brasil 2024. Entre os municípios, há uma heterogeneidade de resultados distribuídos pelo país, destacando-se principalmente aqueles centros com maior densidade populacional.

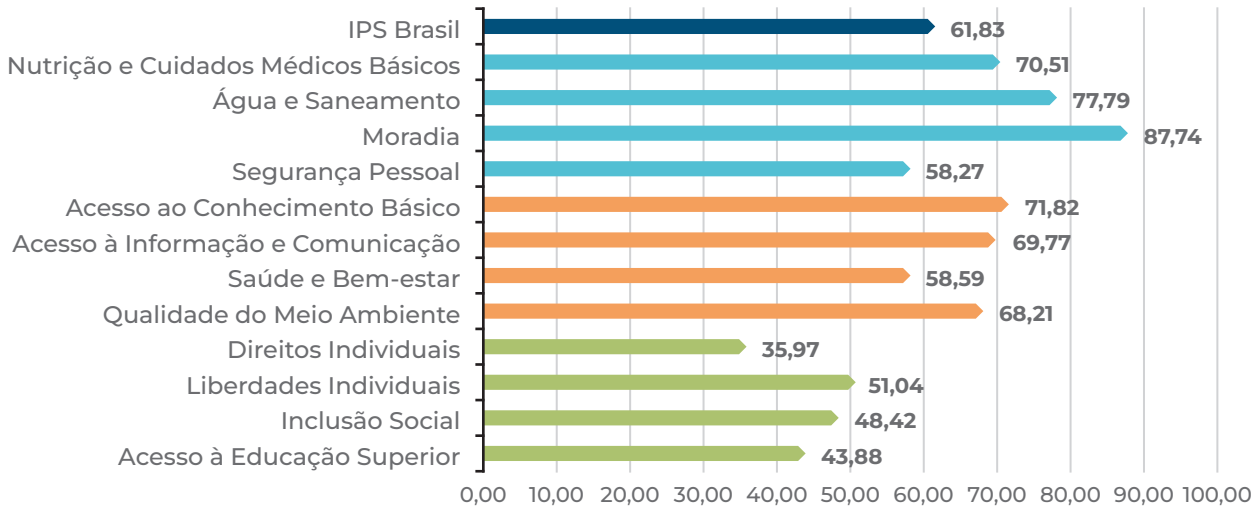
Figura 8. Dimensão Oportunidades do IPS Brasil 2024.



COMPONENTES DO IPS BRASIL

Entre os componentes, os que apresentaram melhor média geral foram Moradia (87,74) e Água e Saneamento (77,79). Por outro lado, os mais críticos foram Direitos Individuais (35,96) e Acesso à Educação Superior (43,88) (Figura 9).

Figura 9. Notas dos componentes do IPS Brasil.



Os componentes do IPS Brasil revelam a multidimensionalidade socioambiental do país (Anexo 1). A seguir, os principais destaques dentro dos componentes do IPS Brasil 2024.

Um dos retratos da desigualdade no país é o acesso à água de qualidade e saneamento básico. Os melhores resultados deste componente (Água e Saneamento) estavam nos municípios situados nas Regiões Sul e Sudeste, enquanto os piores se concentravam na Amazônia Legal (Norte do país).

Segurança Pessoal é um dos maiores desafios para o progresso social no Brasil. A situação era crítica nos municípios da costa da Região Nordeste e em grande parte da Amazônia Legal, no estado de São Paulo e em *clusters* de municípios nos outros estados do Sudeste e Sul do país.

"**Segurança Pessoal** é um dos maiores desafios para o progresso social no Brasil."

O Brasil possui um extenso sistema educacional que abrange desde a educação infantil até o ensino superior. No entanto, apesar dos investimentos realizados ao longo dos anos, o país ainda enfrenta questões críticas na área de educação como qualidade baixa, desigualdade de acesso e disparidades regionais. Por exemplo, as melhores notas no componente Acesso à Educação Básica estavam nos municípios dos estados de São Paulo, Ceará e Goiás. Por outro lado, os municípios localizados nos estados do Pará e Bahia apresentaram as notas mais baixas deste componente.

Cada vez mais o acesso a tecnologias assume um papel central na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico de territórios. Os municípios com os melhores desempenhos no componente Acesso à Informação e Comunicação estavam sobretudo nas Regiões Sudeste e Sul do país. Em contrapartida, havia maior déficit neste componente nos municípios do interior da Região Nordeste e na Região Norte, com destaque para a Amazônia Legal.

"Cada vez mais o **acesso a tecnologias** assume um papel central na inclusão social e no desenvolvimento socioeconômico."

O componente Qualidade do Meio Ambiente apresentou resultados mais críticos nos municípios situados no chamado arco do desmatamento na Amazônia Legal. Os estados nessa área enfrentam uma perda significativa de cobertura florestal, supressão de vegetação secundária, emissões expressivas de GEE e insuficiência de áreas verdes nos núcleos urbanos. Importante registrar uma perda significativa de vegetação original e supressão de vegetação no Rio Grande do Sul (Região Sul) e no norte de Minas Gerais (Região Sudeste).

O componente Inclusão Social busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica ou deficiência. Os municípios da Região Nordeste alcançaram os melhores desempenhos neste componente. Por outro o lado, os municípios dos estados do Rio de Janeiro (Região Sudeste) e Paraná (Região Sul) apresentaram as menores notas.

“O componente **Inclusão Social** busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, condição socioeconômica ou deficiência.”

- **Componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos**

Os municípios que tiveram melhores desempenhos neste componente estavam concentrados nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Mato Grosso. Por outro lado, muitos municípios com notas menores concentravam-se no Maranhão e também em Roraima. Neste componente, a diferença entre o município com o melhor desempenho (Carlos Gomes-RS – 90,34 pontos) e o pior (Bilac-SP – 34,74 pontos) representava 55,6 pontos (Tabela 2).

Tabela 2. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos.

Municípios com melhores pontuações no componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos			Municípios com piores pontuações no componente Nutrição e Cuidados Médicos Básicos		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Carlos Gomes	RS	90,34	Bilac	SP	34,74
Campo Bonito	PR	89,34	Rio dos Índios	RS	38,73
Arroio do Padre	RS	88,35	Alto Alegre	RR	39,37
Ruy Barbosa	RN	88,29	Serrano do Maranhão	MA	42,85
Ipiranga do Norte	MT	88,24	Senador Modestino Gonçalves	MG	43,57
Careiro da Várzea	AM	87,85	Solânea	PB	44,73
Queiroz	SP	87,67	Rubelita	MG	44,86
Cutias	AP	87,39	Fronteira dos Vales	MG	44,89
São Francisco do Oeste	RN	87,12	Campos Verdes	GO	45,93
Agronômica	SC	87,06	Engenheiro Beltrão	PR	46,31
Alto Alegre	RS	87,04	Mirador	MA	46,41
Silveira Martins	RS	86,86	Aurelino Leal	BA	46,67
Gabriel Monteiro	SP	86,81	Ariranha do Ivaí	PR	46,70
Riacho de Santo Antônio	PB	86,75	Catuji	MG	46,77
Abdon Batista	SC	86,66	Formoso	GO	46,84
Pracuúba	AP	86,23	Santa Inês	BA	46,94
Dois Irmãos das Missões	RS	86,03	Dois Lajeados	RS	46,96
Pinto Bandeira	RS	85,98	Altamira do Paraná	PR	47,14
São Pedro da Serra	RS	85,87	Eugenópolis	MG	47,57
Fagundes Varela	RS	85,84	Amajari	RR	47,80

BOX

CONSUMO DE ULTRAPROCESSADOS E A SITUAÇÃO DA NUTRIÇÃO NO BRASIL

No final dos anos 2000, pesquisadores do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP) identificaram o processamento industrial de alimentos como o principal fator da pandemia de obesidade nos Estados Unidos nos anos 1980. No século 21, esse fator já afeta a maioria dos países. Dada a extensão do consumo de produtos industrializados no mundo, criou-se o sistema NOVA para classificar alimentos com base no grau e propósito do processamento industrial.

O consumo crescente de alimentos ultraprocessados representa uma preocupação significativa para a saúde pública e um dos desafios nutricionais contemporâneos do Brasil. Esses alimentos, classificados como o quarto grupo no sistema NOVA, são produtos industrializados comumente prontos para consumo, caracterizados por uma variedade de ingredientes derivados de culturas de alto rendimento.

Segundo o Nupens/USP, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados está associado a uma série de consequências adversas para a saúde. Esses produtos têm sido correlacionados com o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, hipertensão, doenças respiratórias, depressão e ansiedade.

Uma análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) realizada pelo Nupens/USP observou uma grande heterogeneidade na distribuição das estimativas de participação calórica de alimentos ultraprocessados nos municípios brasileiros com variação de cerca de 6% a 30%. Dados do módulo de consumo alimentar individual das POFs mostraram que os alimentos ultraprocessados representaram cerca de 20% do total do consumido pelos brasileiros no biênio 2017-2018. Esse consumo foi maior nas Regiões Sul e Sudeste. O consumo de ultraprocessados é menor entre pessoas pretas e pardas na área rural e aumenta com a escolaridade e renda.

É imperativo que medidas sejam tomadas para monitorar e enfrentar o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados no Brasil, incluindo a elaboração e divulgação de indicadores relacionados ao tema.

- **Componente Água e Saneamento**

Os melhores resultados deste componente no IPS Brasil 2024 estavam nos municípios situados nas Regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, a maioria dos municípios da Amazônia Legal enfrentava grandes desafios nessa área. Na escala municipal, os vinte municípios com os melhores resultados possuíam nota média de 99,91 (a maioria situados nos estados de São Paulo e Paraná), enquanto os vinte municípios com os piores resultados possuíam nota média de 14,97; a maioria deles estava na Amazônia Legal (Tabela 3).

Tabela 3. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Água e Saneamento.

Municípios com melhores pontuações no componente Água e Saneamento			Municípios com piores pontuações no componente Água e Saneamento		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Jardinópolis	SP	99,32	Careiro da Várzea	AM	11,33
Júlio Mesquita	SP	99,20	Governador Jorge Teixei	RO	11,53
Rafard	SP	98,95	Theobroma	RO	11,56
Potim	SP	98,86	Damião	RB	12,25
Pinhais	PR	98,19	Vale do ParaíSo	RO	13,28
Ibaté	SP	98,11	Alto Paraíso	RO	13,52
Américo Brasiliense	SP	98,07	Teixeirópolis	RO	13,92
Guaiçara	SP	97,94	Porto Grande	AP	14,44
Brodowski	SP	97,93	Anajás	PA	14,88
Paulicéia	SP	97,80	Cajueiro da Praia	PI	15,08
São José do Hortêncio	RS	97,78	Nova Mamoré	RO	15,84
Pontal	SP	97,62	Gado Bravo	PB	15,88
Pontirendaba	SP	97,55	São Félix do Xingu	PA	15,90
Taiúva	SP	97,38	Vale do Anari	RO	16,20
Mato Leitão	RS	97,38	Paranatama	PE	16,49
Indiana	SP	97,38	São Francisco do Guapo	RO	17,06
Guaimbê	SP	97,28	Nova Floresta	PB	17,10
Balneário Camboriú	SC	97,16	Presidente Juscelino	MA	17,32
Tambaú	SP	97,12	Cujubim	RO	17,68
Dores de Campos	MG	97,08	São Miguel do Guaporé	RO	18,19

- **Componente Moradia**

O componente Moradia responde se as pessoas estão em moradia (própria ou alugada) adequada com serviços básicos. Este componente não mede se as pessoas possuem ou não moradia, como é o caso de pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade, mas sim a qualidade da moradia daqueles que a tem. Os municípios situados nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste apresentaram os melhores resultados, enquanto a Amazônia Legal revelou as piores pontuações neste componente. A maioria dos vinte municípios com as melhores notas estava distribuída nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Já a maioria dos municípios com as notas mais baixas estava concentrada na Amazônia Legal (Tabela 4).

Tabela 4. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Moradia.

Municípios com melhores pontuações no componente Moradia			Municípios com piores pontuações no componente Moradia		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Elisiário	SP	99,59	Uiramutã	RR	10,47
Cajuru	SP	99,23	Melgaço	PA	29,34
Barrinha	SP	99,20	São João Batista	MA	32,45
Pedreira	SP	99,17	Breves	PA	32,96
Santa Fé do Sul	SP	99,15	Charrua	RS	34,69
Itaú de Minas	MG	99,14	Oeiras do Pará	PA	35,21
Três Fronteiras	SP	99,07	Cajapió	MA	35,88
Santa Juliana	MG	99,07	Normandia	RR	37,65
Cedro do Abaeté	MG	99,03	Serrano do Maranhão	MA	39,45
Catiguá	SP	99,02	Anajás	PA	39,81
Barra Bonita	SP	99,01	São Félix de Balsas	MA	40,90
Ipiaçu	MG	98,92	Engenho Velho	RS	41,94
Olímpio Noronha	MG	98,87	Afonso Cunha	MA	42,10
Taquaral	SP	98,87	Monção	MA	42,38
Nova Ponte	MG	98,86	Marajá do Sena	MA	42,46
Piacatu	SP	98,85	Riacho Frio	PI	43,22
Alfenas	MG	98,84	Cajari	MA	43,88
Viradouro	SP	98,81	Morro Cabeça no Tempo	PI	44,11
Itamonte	MG	98,80	Primeira Cruz	MA	44,36
Matutina	MG	98,80	Santa Rosa do Purus	AC	44,36

- **Componente Segurança Pessoal**

O componente Segurança Pessoal responde se as pessoas estão seguras. O Brasil como um todo enfrenta desafios neste componente, mas a situação é mais crítica nos municípios situados no litoral do Nordeste e na Amazônia Legal. A maioria dos 20 municípios com os melhores resultados em segurança era pouco povoada e estava situada no Sul do Brasil. Por outro lado, os municípios com notas mais baixas neste componente estavam mais distribuídos entre todas as regiões, incluindo a Amazônia Legal (Tabela 5).

Tabela 5. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Segurança Pessoal.[11]

Municípios com melhores pontuações no componente Segurança Pessoal			Municípios com piores pontuações no componente Segurança Pessoal		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Irati	SC	87,42	Alto Alegre	RR	0,00
Novo Tiradentes	RS	87,42	Alto Paraguai	MT	0,00
Nova Ramada	RS	87,42	Barrolândia	TO	0,00
Celso Ramos	SC	87,42	Santo Antônio de Jesus	BA	0,00
Mato Queimado	RS	87,42	Campos Verdes	GO	0,00
União da Serra	RS	87,42	São José da Vitória	BA	0,31
Inhacorá	RS	87,42	Iguatu	PR	0,62
Boa Vista do Cadeado	RS	87,42	Cruz do Espírito Santo	PB	0,86
Diogo de Vasconcelos	MG	87,42	Itatim	BA	0,86
Ponte Preta	RS	87,42	Major Sales	RN	0,86
Santa Terezinha do Progresso	SC	87,42	São José das Palmeiras	PR	0,86
Frei Lagonegro	MG	87,42	Rodolfo Fernandes	RN	0,86
Ubiretama	RS	87,42	Davinópolis	GO	0,86
Coronel Martins	SC	87,42	Vila Valério	ES	1,73
Divino de São Lourenço	ES	87,42	Mulungu	CE	1,73
Ruy Barbosa	RN	87,42	Aurelino Leal	BA	1,73
São Jorge	RS	87,42	Marliéria	MG	1,73
Aricanduva	MG	87,42	São João do Jaguaribe	CE	1,73
São Bernardino	SC	87,42	Acajutiba	BA	1,73
Santiago do Sul	SC	87,42	Taboleiro Grande	RN	1,73

[11] As notas iguais a “87,42”, “00,00”, “0,86” e “1,76” se dão pela categorização dos dados, técnica estatística utilizada para padronização de dados quando o universo de informações apresenta resultados muito divergentes. Municípios que possuem taxas muito altas, ou seja, dados que se diferenciam drasticamente de todos os outros, tendem a apresentar um resultado próximo a zero no processo de categorização. Isso explica o fato de cinco municípios da lista dos municípios com piores resultados apresentarem nota zero neste componente.

BOX

SEGURANÇA PESSOAL: DESAFIOS E COMPROMISSOS

O IPS é uma ferramenta para compreendermos a dinâmica da segurança pessoal. Esse índice concentra-se em quatro métricas cruciais: homicídios, homicídios de jovens, feminicídios e mortalidade relacionada ao trânsito. Ao utilizar dados do Ministério da Saúde, este componente revela uma considerável variação espacial, o que permite identificar pontos críticos em muitos municípios.

Diversos fatores contribuem para o aumento da violência no Brasil, desde disputas territoriais até crimes ambientais como grilagem, exploração madeireira ilegal e mineração ilegal. A presença de facções criminosas organizadas, envolvidas no tráfico de drogas e crimes ambientais, também desempenha um papel significativo no cenário de violência. Esse quadro é ainda agravado por déficits no estado de direito, o que inclui questões de policiamento, promotoria e corrupção.

Além da violência letal, o IPS também almeja medir a "violência não letal", reconhecendo seu impacto profundo na percepção de segurança. Crimes contra a propriedade, como roubos e furtos, são indicadores importantes tanto da segurança real quanto da percebida. Esses crimes afetam o acesso a necessidades básicas e minam a confiança nas instituições. No entanto, a obtenção de dados padronizados e seguros para todos os 5.570 municípios do país tem sido um desafio. A subnotificação e a qualidade dos dados também são preocupações adicionais.

Ao desenvolvermos uma abordagem abrangente para avaliar a segurança pessoal, devemos considerar várias compensações. Isso inclui encontrar um equilíbrio entre fontes de dados oficiais e não oficiais. É importante reconhecer a importância tanto das estatísticas governamentais quanto das informações provenientes de outras fontes que podem ajudar a corrigir pontos cegos temáticos e geográficos no futuro.

- **Componente Acesso ao Conhecimento Básico**

O componente que mede a educação no Brasil reflete as diferenças regionais e estaduais de políticas públicas nesta área. Entre os 20 municípios com os melhores desempenhos neste componente, São Paulo e Ceará lideram o *ranking*. Por outro lado, Pará e Bahia lideram o quadro de municípios com as piores pontuações (Tabela 6).

Tabela 6. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Acesso ao Conhecimento Básico.

Municípios com melhores pontuações no componente Acesso ao Conhecimento Básico			Municípios com piores pontuações no componente Acesso ao Conhecimento Básico		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Santana da Ponte Pensa	SP	90,39	Vila Flor	RN	23,23
Gabriel Monteiro	SP	89,86	Sátiro Dias	BA	31,56
Santa Salete	SP	89,57	São Valério do Sul	RS	34,00
Catunda	CE	89,41	Santana do Araguaia	PA	36,67
Ararendá	CE	88,97	Melgaço	PA	37,60
Independência	CE	88,84	Itagimirim	BA	37,76
Elisiário	SP	88,76	Portel	PA	38,02
Novo Oriente	CE	88,37	Gurupá	PA	38,13
Floreal	SP	87,43	Curralinho	PA	38,24
Pires Ferreira	CE	87,35	Trairão	PA	38,29
Cruz	CE	87,29	Pureza	RN	38,34
Sobral	CE	87,03	Oeiras do Pará	PA	38,37
Nova Canaã Paulista	SP	86,99	Pedro Avelino	RN	38,69
Turiúba	SP	86,80	São Félix do Xingu	PA	38,88
Junqueirópolis	SP	86,68	Arataca	BA	39,15
Guarani d'Oeste	SP	86,67	Bagre	PA	39,37
Sebastianópolis do Sul	SP	86,49	Lagoa de Velhos	RN	39,82
Marinópolis	SP	86,35	Sapucaia	PA	40,49
Marapoama	SP	86,30	Chaves	PA	40,54
Barra do Rio Azul	RS	86,21	Belmonte	BA	40,54

BOX

DESAFIOS E CAMINHOS PARA MELHORAR OS INDICADORES DE EDUCAÇÃO NO BRASIL - RECONHECENDO AS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO PARA INCIDIR EM POLÍTICAS PARA A EQUIDADE

A educação no Brasil é marcada por grandes disparidades que refletem a diversidade socioeconômica e cultural do país. Há, por exemplo, práticas bem-sucedidas em alguns estados como Ceará, São Paulo e Goiás, os quais demonstram que esforços – como a formação de professores e a criação de escolas em áreas remotas – podem melhorar significativamente a educação. O Ceará, por exemplo, forçou os municípios a melhorar os seus resultados educacionais por meio de uma política de distribuição de recursos municipais do ICMS vinculada, entre outros fatores, a esses resultados. Dessa forma, o estado tornou-se referência nacional em educação. Por outro lado, estados como Bahia, Rio Grande do Norte e Pará enfrentam desafios em relação a financiamento adequado e políticas educacionais adaptadas às realidades locais. Aprender com esses exemplos implica reconhecer a importância de um financiamento justo e equitativo, além de envolver as comunidades no processo educacional.

De acordo com o Artigo 205 da Constituição, a educação de qualidade deve ser garantida a todas às pessoas do país. Contudo, estudos na área de educação revelam que no Brasil há disparidades no aprendizado entre diferentes perfis de estudantes. Dessa forma, é importante realizar uma análise profunda com base em dados desagregados por nível socioeconômico e cor/raça da forma mais estruturada possível.

Informar gestores públicos e a sociedade sobre essas discrepâncias na educação básica é um passo importante para evidenciar as desigualdades educacionais e pautar a necessidade de políticas públicas voltadas a uma educação de qualidade para os estudantes de todos os perfis.

- **Componente Acesso à Informação e Comunicação**

Neste componente, as melhores notas estavam concentradas nos municípios situados nas Regiões Sudeste e Sul (Tabela 7). Por outro lado, havia grandes desafios principalmente na Amazônia Legal e no interior do Nordeste. Este componente obteve uma pontuação nacional média de 69,77. Cerca de 80% dos municípios do país (4.504 municípios), distribuídos em todas as regiões geográficas, possuíam pontuação individual abaixo da média nacional. Ou seja, a maioria dos pequenos municípios brasileiros sofria com o acesso à informação e comunicação.

Tabela 7. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Acesso à Informação e Comunicação.

Municípios com melhores pontuações no componente Acesso à Informação e Comunicação			Municípios com piores pontuações no componente Acesso à Informação e Comunicação		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Armação dos Búzios	RJ	91,02	Uiramutã	RR	12,39
Roseira	SP	90,85	Santa Terezinha	MT	13,26
Agudos do Sul	PR	89,91	Vereda	BA	14,58
Imbé	RS	88,77	Brotas de Macaúbas	BA	15,31
Capão da Canoa	RS	88,69	Campinápolis	MT	15,35
Curitibanos	SC	88,61	Gaúcha do Norte	MT	15,57
Salvador do Sul	RS	86,67	Ipixuna	AM	16,16
Bombinhas	SC	86,63	Jordão	AC	16,72
Santa Rita do Passa Quatro	SP	86,55	Porto Walter	AC	16,83
Xangrilá	RS	85,72	Marechal Thaumaturgo	AC	17,16
São Sebastião	SP	85,66	Gurupá	PA	17,38
Balneário Camboriú	SC	85,57	Pilar de Goiás	GO	18,32
Arroio do Sal	RS	85,50	Atalaia do Norte	AM	18,41
Monte Belo do Sul	RS	85,47	Paranã	TO	18,43
Pirapora	MG	85,37	Novo Santo Antônio	MT	18,98
Bálsamo	SP	85,01	Santa Isabel do Rio Negro	AM	19,20
Mongaguá	SP	84,67	Chaves	PA	19,52
Arraial do Cabo	RJ	84,67	Aveiro	PA	19,55
Florianópolis	SC	84,45	Tupirama	TO	19,81
Itapema	SC	84,39	Jacareacanga	PA	19,81

- **Componente Saúde e Bem-estar**

Os resultados dos 20 melhores e piores municípios neste componente revelaram uma variação significativa nas pontuações dos municípios brasileiros (Tabela 8). Por exemplo, Rio Manso (MG) liderou o *ranking* com pontuação 76,21 e, logo em seguida, estava Ivorá (RS) com pontuação 76,14. Outros municípios como Matões do Norte (MA), Iracema (RR) e Aveiro (PA) também se sobressaíram, o que evidenciou um panorama positivo para este componente em diferentes regiões do Brasil. Por outro lado, entre os municípios com as piores pontuações estava Rodolfo Fernandes (RN) – com a menor pontuação (apenas 20,85) – e outros como Anhanguera (GO), Reserva do Cabaçal (MT) e Capão Bonito do Sul (RS).

Tabela 8. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Saúde e Bem-estar.

Municípios com melhores pontuações no componente Saúde e Bem-estar			Municípios com piores pontuações no componente Saúde e Bem-estar		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Rio Manso	MG	76,21	Rodolfo Fernandes	RN	20,85
Ivorá	RS	76,14	Anhanguera	GO	26,86
Matões do Norte	MA	75,95	Reserva do Cabaçal	MT	27,39
Iracema	RR	75,89	Capão Bonito do Sul	RS	27,93
Aveiro	PA	75,43	Quatro Irmãos	RS	27,94
Mariano Moro	RS	75,40	Galvão	SC	28,09
Santa Rita d'Oeste	SP	75,34	Coqueiro Baixo	RS	28,77
Áurea	RS	75,17	Cantagalo	PR	28,82
Chaves	PA	75,11	Quixaba	PB	29,36
Tocantins	AM	74,58	Lindoeste	PR	29,73
Marechal Thaumaturgo	AC	74,48	Santa Cruz da Esperança	SP	29,74
Águas da Prata	SP	74,26	São Luis do Piauí	PI	30,20
Mansidão	BA	73,81	Japorã	MS	30,33
Coronel Xavier Chaves	MG	73,62	Juripiranga	PB	30,87
Piraí do Norte	BA	73,40	Pedra Mole	SE	30,95
Ipixuna	AM	73,15	Rio Branco do Ivaí	PR	31,03
Melgaço	PA	73,10	Almadina	BA	31,67
Turilândia	MA	72,96	Aurelino Leal	BA	32,31
Centenário	RS	72,84	Barra do Ouro	TO	32,86
Divisópolis	MG	72,61	Estrela Velha	RS	32,86

BOX

TRANSIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL

O conceito de transição epidemiológica refere-se às mudanças complexas nos padrões de saúde e doença que ocorrem em uma população ao longo do tempo, influenciadas por fatores demográficos, sociais e econômicos. Essa transição vai de um padrão de alta mortalidade por doenças infecciosas para um padrão de predomínio de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e causas externas como resultado do desenvolvimento socioeconômico e das melhorias nas condições de vida.

O Brasil experimentou melhorias na saúde pública, expressas pelo aumento da expectativa de vida e pela redução das taxas de mortalidade. Esses avanços refletem o impacto positivo de políticas de saúde e melhorias nas condições socioeconômicas. No entanto, tais progressos não têm sido suficientes para erradicar as desigualdades regionais. Ou seja, a transição epidemiológica no país não seguiu um padrão linear e unidirecional. Há persistência de doenças infecciosas em algumas regiões, juntamente com o aumento das DCNTs, o que representa um desafio duplo para o sistema de saúde brasileiro.

Para abordar de forma eficaz essas desigualdades, é crucial que as políticas de saúde sejam adaptadas às necessidades específicas de cada região. Isso envolve não apenas o fortalecimento dos sistemas de saúde locais, mas também a implementação de programas de prevenção e tratamento que considerem as particularidades epidemiológicas e socioeconômicas de cada área.

- **Componente Qualidade do Meio Ambiente**

Os resultados deste componente destacaram uma considerável diferença na qualidade do meio ambiente entre os municípios brasileiros. No topo da lista estavam os municípios do estado de São Paulo. Outras cidades de outros estados, como Poços de Caldas (MG) e Curitiba (PR), também estavam entre as melhores. Esses dados mostraram que boas práticas ambientais estão espalhadas por várias regiões do Brasil, mas se concentram principalmente no Sudeste.

Em contraste, os municípios com as piores pontuações e que enfrentavam grandes desafios ambientais estavam concentrados principalmente na Amazônia Legal, em especial na região do arco do desmatamento. Também havia uma concentração de municípios do estado de Mato Grosso e do Pará neste grupo (Tabela 9).

Tabela 9. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Qualidade do Meio Ambiente.

Municípios com melhores pontuações no componente Qualidade do Meio Ambiente			Municípios com piores pontuações no componente Qualidade do Meio Ambiente		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Laranjeiras	SE	74,90	São José da Vitória	BA	5,21
Capitão Poço	PA	74,75	Mairiporã	SP	5,98
Novo Repartimento	PA	72,30	Alcobaça	BA	6,13
Aripuanã	MT	67,80	Buerarema	BA	7,07
Niterói	RJ	67,30	Luís Domingues	MA	7,24
Jaguarari	BA	67,26	Saquarema	RJ	8,32
Olinda	PE	67,09	Campo Alegre de Lourdes	BA	8,37
Conde	PB	66,80	Palminópolis	GO	8,37
Mairi	BA	66,70	Sebastião Laranjeiras	BA	8,61
Presidente Jânio Quadros	BA	65,86	Utinga	BA	8,63
Cansanção	BA	65,52	Vista Gaúcha	RS	9,09
TeresinA	PI	64,07	Ribeirão Corrente	SP	9,29
Guimarães	MA	63,49	Canas	SP	9,35
Rondonópolis	MT	63,32	São Miguel Arcanjo	SP	9,85
Brasília	DF	63,10	Serrana	SP	9,94
Bela Vista do Maranhão	MA	63,04	Sátiro Dias	BA	10,00
Piracanjuba	GO	62,92	Turvânia	GO	10,23
Cururupu	MA	62,68	Frei Rogério	SC	10,27
Porto Nacional	TO	62,42	Cravinhos	SP	10,28
Rio Azul	PR	61,40	São Sebastião do Passé	BA	10,36

- **Componente Direitos Individuais**

O componente Direitos Individuais busca responder se os direitos individuais das pessoas estão protegidos. O desempenho a nível nacional deste componente demonstra manchas vermelhas distribuídas em praticamente todo território nacional. Os municípios com as melhores notas estavam situados no Amazonas, Sergipe, Mato Grosso, oeste de Mato Grosso do Sul e norte da Bahia. Em contrapartida, os resultados com os piores desempenhos estavam em municípios nos estados do Espírito Santo, Pará, Tocantins, Santa Catarina e São Paulo (Tabela 10).

Tabela 10. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Direitos Individuais.

Municípios com melhores pontuações no componente Direitos Individuais			Municípios com piores pontuações no componente Direitos Individuais		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Laranjeiras	SE	74,90	São José da Vitória	BA	5,21
Capitão Poço	PA	74,74	Mairiporã	SP	5,98
Novo Repartimento	PA	72,29	Alcobaça	BA	6,13
Aripuanã	MT	67,79	Buerarema	BA	7,07
Niterói	RJ	67,29	Luís Domingues	MA	7,24
Jaguarari	BA	67,24	Saquarema	RJ	8,32
Olinda	PE	67,09	Campo Alegre de Lourdes	BA	8,36
Mairi	BA	66,69	Palminópolis	GO	8,37
Presidente Jânio Quadros	BA	65,84	Sebastião Laranjeiras	BA	8,61
Cansanção	BA	65,50	Utinga	BA	8,63
Teresina	PI	64,07	Vista Gaúcha	RS	9,09
Guimarães	MA	63,49	Ribeirão Corrente	SP	9,29
Rondonópolis	MT	63,31	Canas	SP	9,34
Conde	PB	63,28	São Miguel Arcanjo	SP	9,84
Brasília	DF	63,10	Serrana	SP	9,94
Bela Vista do Maranhão	MA	63,04	Sátiro Dias	BA	9,99
Piracanjuba	GO	62,92	Turvânia	GO	10,23
Cururupu	MA	62,69	Frei Rogério	SC	10,27
Porto Nacional	TO	62,42	Cravinhos	SP	10,28
Rio Azul	PR	61,39	São Sebastião do Passé	BA	10,36

BOX

DIREITOS INDIVIDUAIS: MEDIÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS DADOS

O IPS avalia as oportunidades oferecidas aos cidadãos com base em diversos indicadores, tais como acesso a programas de direitos humanos, existência de ações voltadas para minorias, taxa de congestionamento líquido de processos judiciais e Índice de Atendimento à Demanda de Justiça. Essas métricas são essenciais para identificar possíveis obstáculos ao desenvolvimento individual dos brasileiros.

Apesar da vasta coleta de dados sobre direitos individuais no Brasil, a disponibilidade dessas informações para análise pública ainda é limitada. Estes são exemplos de dificuldades para rastrear o acesso à justiça: carência de dados atualizados sobre a localização de comarcas, má distribuição de juízes e defensores públicos e distância física entre os municípios e as sedes das comarcas correspondentes. O acesso e a distribuição dos dados para as próximas edições do IPS Brasil podem melhorar se uma atenção maior for dada aos seguintes pontos:

1 - Medição de acesso e qualidade: o ideal seria adotar um sistema de dados abrangente e padronizado para registrar informações sobre o acesso dos cidadãos aos serviços judiciais. Infelizmente, esses dados não estão acessíveis devido à falta de uma cultura de transparência e compartilhamento de informações entre as diversas esferas do judiciário e também à ausência de padronização nos sistemas judiciais.

2 - Barreiras de informação nos tribunais estaduais: a centralização das informações dos tribunais estaduais no sistema de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não inclui grandes desafios tecnológicos. O maior problema é a resistência por parte dos tribunais estaduais em compartilhar suas informações.

3 - Monitoramento das defensorias públicas: é viável rastrear a dinâmica das defensorias públicas nos estados para compreender melhor sua atuação nos municípios, mas isso requer uma organização e sistematização adequadas dos dados. A não sistematização dos dados existentes dificulta sua análise e uso efetivo para compreender a atuação das defensorias públicas no nível municipal.

4- Dados no sistema DataJud: o sistema DataJud não inclui informações sobre o local dos eventos que originam os processos judiciais devido, principalmente, à falta de percepção sobre a utilidade desses dados e à resistência inicial em incluí-los no sistema. Não há barreiras legais ou técnicas significativas para essa inclusão, e a falta dessa informação limita a capacidade de análise e compreensão dos processos judiciais.

5 - Acesso ao judiciário: embora haja percepções sobre as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos para acessar o judiciário, especialmente a nível municipal, não há registros sistemáticos dessas dificuldades.

6 - Padronização de dados: ainda não há uma abordagem padronizada amplamente adotada para garantir a consistência e acessibilidade dos dados judiciais em todo o país.

- **Componente Liberdades Individuais e de Escolha**

Os indicadores selecionados para este componente no IPS Brasil refletem os desafios e oportunidades para a garantia das liberdades individuais e de escolha no país. Os municípios com os melhores desempenhos neste componente estavam situados principalmente nas Regiões Sul e Sudeste (Tabela 11). Em contraste, a situação era mais crítica na Amazônia Legal e no Piauí.

"Destacamos a importância de políticas e ações que promovam o acesso equitativo a oportunidades de desenvolvimento e bem-estar para todos os cidadãos."

Tabela 11. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Liberdades Individuais e de Escolha.

Municípios com melhores pontuações no componente Liberdades Individuais e de Escolha			Municípios com piores pontuações no componente Liberdades Individuais e de Escolha		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Mondaí	SC	80,50	Caiçara do Rio do Vento	RN	5,93
Picada Café	RS	79,90	Feliz Deserto	AL	6,55
Rio Negro	PR	79,07	Amapá do Maranhão	MA	7,30
Lençóis Paulista	SP	78,47	Dirceu Arcoverde	PI	8,27
Casa Branca	SP	78,18	Itamarati	AM	8,49
Pedrinhas Paulista	SP	77,04	Satubinha	MA	9,94
Gonçalves	MG	76,63	União do Sul	MT	10,11
Mairinque	SP	75,82	São João do Caru	MA	10,20
Sorriso	MT	74,69	Santa Rosa do Purus	AC	10,86
Santana do Garambéu	MG	74,27	Fartura do Piauí	PI	11,18
Pirapozinho	SP	73,73	Dário Meira	BA	11,18
Andirá	PR	73,33	Rio Grande do Piauí	PI	11,21
Dona Francisca	RS	73,28	São José da Vitória	BA	11,23
Holambra	SP	73,01	Guaribas	PI	11,62
Caxambu	MG	72,84	Redenção do Gurguéia	PI	12,11
Tio Hugo	RS	72,78	Canavieira	PI	12,27
Sorocaba	SP	72,78	São Luis do Piauí	PI	12,67
Piracicaba	SP	72,60	Curral Novo do Piauí	PI	12,81
Oliveira	MG	72,48	Itapiratins	TO	12,83

- **Componente Inclusão Social**

No Brasil, a inclusão social é um processo complexo e desafiador e se manifesta na promoção da diversidade e no combate à discriminação e ao preconceito. Isso garante que todos os cidadãos sejam respeitados em sua individualidade e tenham suas necessidades e direitos reconhecidos. Os municípios situados na Região Nordeste apresentaram os melhores desempenhos neste componente. Por outro lado, os municípios mais críticos estavam concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil (Tabela 12).

Tabela 12. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Inclusão Social.

Municípios com melhores pontuações no componente Inclusão Social			Municípios com piores pontuações no componente Inclusão Social		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Iomerê	SC	99,15	Tanabi	SP	1,34
Nossa Senhora Aparecida	SE	99,13	Serra Azul de Minas	MG	1,63
Tenente Ananias	RN	99,03	Biquinhas	MG	1,64
Coronel João Pessoa	RN	98,28	Jaguapitã	PR	1,65
Bom Princípio do Piauí	PI	98,28	Abre Campo	MG	1,69
Mesópolis	SP	97,74	Barão de Cocais	MG	1,97
Venha-Ver	RN	97,59	Divinolândia de Minas	MG	2,38
Jussiape	BA	97,30	Rancho Alegre	PR	2,49
Olho d'Água do Borges	RN	97,29	Coqueiral	MG	2,51
Campinas do Piauí	PI	97,28	Paranaiguara	GO	2,77
Lucrécia	RN	97,27	Papagaios	MG	2,85
Alto Boa Vista	MT	97,07	Indaiabira	MG	2,95
Curral Novo do Piauí	PI	97,06	Monjolos	MG	2,98
Ouro Velho	PB	97,06	Veredinha	MG	3,04
Tesouro	MT	97,00	Senhora do Porto	MG	3,05
Araguainha	MT	96,96	Malacacheta	MG	3,14
Aurora do Tocantins	TO	96,80	Jandaia do Sul	PR	3,18
Ribeirão dos Índios	SP	96,79	General Salgado	SP	3,39
Campos Verdes	GO	96,73	Ipiranga	PR	3,46
João Dias	RN	96,67	Guapiara	SP	3,94

BOX

A IMPORTÂNCIA DO APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO

A análise das questões de gênero é essencial para entender e combater as desigualdades que afetam as mulheres em nossa sociedade. O IPS aborda aspectos críticos sobre gênero nas dimensões Necessidades Humanas Básicas e Oportunidades. O número de assassinatos de mulheres, por exemplo, é um indicador alarmante que reflete a violência de gênero enraizada na sociedade brasileira. Essa estatística não apenas evidencia a brutalidade enfrentada por muitas mulheres, mas também aponta para falhas na proteção e na promoção de seus direitos fundamentais. É portanto necessário promover a melhoria de políticas públicas para garantir a segurança e a dignidade feminina, o que inclui medidas preventivas e punitivas contra a violência.

A dimensão Oportunidades destaca a existência de ações para minorias, a gravidez precoce e a proporção de vereadoras eleitas como indicadores essenciais. No entanto, para reduzir as desigualdades, promover a inclusão, ampliar o debate e melhorar a qualidade de vida das mulheres, esses indicadores precisam ser melhor compreendidos e trabalhados.

Também é necessário analisar diversos outros indicadores que reflitam as experiências específicas das mulheres, entre elas, a interseccionalidade de gênero com raça, classe e sexualidade. É fundamental neste caso desenvolver e implementar políticas públicas que abordem essas questões, além de investir em programas de empoderamento feminino que qualifiquem mulheres em diversas áreas, desde a educação e o mercado de trabalho até a participação política.

BOX

QUESTÕES DE RAÇA E A POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

No Brasil, a população negra é definida como a soma das pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo dados do IBGE de 2022, aproximadamente 56% dos brasileiros se identificam como negros, o que evidencia a predominância desta parcela na composição demográfica do país.

O IPS levou essa dinâmica em conta tanto no desenvolvimento dos indicadores quanto na análise dos dados. Os indicadores de violência e segurança pessoal entre a população negra no Brasil são alarmantes, especialmente quando analisados sob a perspectiva dos homicídios contra jovens. O Atlas da Violência 2023 revela que, em 2022, 77% das vítimas de homicídios no Brasil eram negras. Este dado é ainda mais perturbador ao considerar a faixa etária dos 15 aos 29 anos, na qual a taxa de homicídios entre jovens negros é três vezes maior do que entre jovens brancos.

O relatório do IPS destaca que os jovens negros enfrentam um risco significativamente maior de serem vítimas de homicídios. Este risco elevado é resultado de uma combinação de fatores estruturais como desigualdade socioeconômica, discriminação racial sistêmica e falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego. A questão racial fica evidenciada nos dados da dimensão Oportunidades sobretudo no componente Inclusão Social que investiga a paridade de vereadores negros e pardos eleitos e violência contra negros.

A situação da população negra no Brasil, especialmente em termos de violência e segurança pessoal, requer atenção urgente. Há portanto uma necessidade de políticas públicas que promovam a equidade racial e a proteção dessa parcela majoritária da população brasileira. A utilização de indicadores detalhados e separados por raça é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

- **Componente Acesso à Educação Superior**

O componente Acesso à Educação Superior apresentou melhores resultados em centros urbanos com maior densidade populacional, como é o caso das capitais. O Acesso à Educação Superior no Brasil tem sido uma preocupação crescente nas últimas décadas, com esforços significativos para expandir a oferta de vagas e democratizar o ensino universitário. Apesar dos avanços, ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. Entre os 20 municípios com os melhores e piores desempenhos neste componente (Tabela 13) há uma diferença de 70,53 pontos entre o mais bem colocado (Nova Lima-MG com 74,65 pontos) e o pior colocado (Ipixuna-AM com 4,13 pontos).

Tabela 13. Os 20 municípios com os melhores e piores resultados no componente Acesso à Educação Superior.

Municípios com melhores pontuações no componente Acesso à Educação Superior			Municípios com piores pontuações no componente Acesso à Educação Superior		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Nova Lima	MG	74,65	Ipixuna	AM	4,13
Belo Horizonte	MG	74,56	Canhoba	SE	4,13
Florianópolis	SC	73,97	São Luís Gonzaga do Maranhão	MA	4,77
Vitória	ES	73,78	Boqueirão do Piauí	PI	4,97
Holambra	SP	73,77	Miraíma	CE	5,00
Porto Alegre	RS	73,42	Mirangaba	BA	5,02
Natal	RN	72,76	Uarini	AM	5,15
Goiânia	GO	72,73	Santa Cecília	PB	5,20
Rio de Janeiro	RJ	72,68	Buritirana	MA	5,25
Recife	PE	72,58	Graça	CE	5,35
Macaé	RJ	72,56	Cachoeira Grande	MA	5,39
Teresina	PI	72,56	Juvenília	MG	5,40
Curitiba	PR	72,46	Humberto de Campos	MA	5,48
São Caetano do Sul	SP	72,41	Igarapé do Meio	MA	5,49
Aracaju	SE	72,23	Umbuzeiro	PB	5,87
São Paulo	SP	71,85	Jenipapo dos Vieiras	MA	5,98
Tupanci do Sul	RS	71,73	São José do Peixe	PI	6,04
Tapira	MG	71,66	Pauini	AM	6,19
Vinhedo	SP	71,66	Candeal	BA	6,31
Joaçaba	SC	71,65	Campo Largo do Piauí	PI	6,42

MUNICÍPIOS COM MELHORES E PIORES DESEMPENHOS GERAIS

Havia desigualdade significativa na distribuição do progresso social entre os municípios brasileiros de acordo com o IPS Brasil 2024.

O *ranking* dos 20 municípios com os melhores e piores desempenhos em relação às notas gerais do IPS Brasil 2024 (Tabela 14) revelou um grande contraste entre o Norte – em especial na Amazônia Legal, onde se concentra a maioria dos municípios críticos, – e o Sudeste do Brasil, onde estão os municípios com maiores notas do IPS.

Tabela 14. Pontuações dos 20 municípios brasileiros com os melhores e piores desempenhos no IPS Brasil 2024.

20 municípios com melhores pontuações no IPS Brasil 2024			20 municípios com piores pontuações no IPS Brasil 2024		
Município	**UF**	**Pontuação**	**Município**	**UF**	**Pontuação**
Gavião Peixoto	SP	74,49	Uiramutã	RR	37,63
Brasília	DF	71,25	Alto Alegre	RR	38,38
São Carlos	SP	70,96	Trairão	PA	38,69
Goiânia	GO	70,49	Bannach	PA	38,89
Nuporanga	SP	70,47	Jacareacanga	PA	38,92
Indaiatuba	SP	70,47	Cumaru do Norte	PA	40,64
Gabriel Monteiro	SP	70,42	Pacajá	PA	40,70
Águas de São Pedro	SP	70,37	Uruará	PA	41,26
Jaguariúna	SP	70,29	Portel	PA	42,23
Araraquara	SP	70,22	Bonfim	RR	42,27
Presidente Lucena	RS	70,14	Anapu	PA	42,30
Luzerna	SC	70,09	Oiapoque	AP	42,46
Pompeia	SP	70,06	Pauini	AM	42,63
São Caetano do Sul	SP	70,02	Nova Nazaré	MT	42,78
Maringá	PR	69,96	São Félix de Balsas	MA	43,05
Piracicaba	SP	69,95	Feijó	AC	43,11
Nova Lima	MG	69,89	Amajari	RR	43,38
Campinas	SP	69,88	Pracuúba	AP	43,50
Caxambu	MG	69,69	Gaúcha do Norte	MT	43,53
Vinhedo	SP	69,65	Santa Rosa do Purus	AC	43,78

As capitais apresentaram notas relativamente melhores (tons de azul) no IPS com exceção de Porto Velho (RO) e Macapá (AP). As cinco melhores capitais foram Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Florianopólis e Curitiba (Tabela 15).

Houve variação de desempenho entre as capitais nos componentes do IPS. Curitiba (PR) liderou em Água e Saneamento e em Qualidade do Meio Ambiente. No componente Acesso ao Conhecimento Básico, os destaques foram Palmas (TO) e Goiânia (GO). Por sua vez, em Acesso à Informação e Comunicação, a liderança ficou com Florianopólis (SC) e Porto Alegre (RS). Belo Horizonte (MG) atingiu o primeiro lugar em Acesso à Educação Superior. Manaus (AM) liderou em Inclusão Social e Recife (PE) também obteve uma nota melhor, enquanto São Paulo (SP) apresentou o pior resultado neste componente. Em Segurança Pessoal, a situação era mais crítica em Manaus (AM) e Aracaju (SE) (Anexo 2).

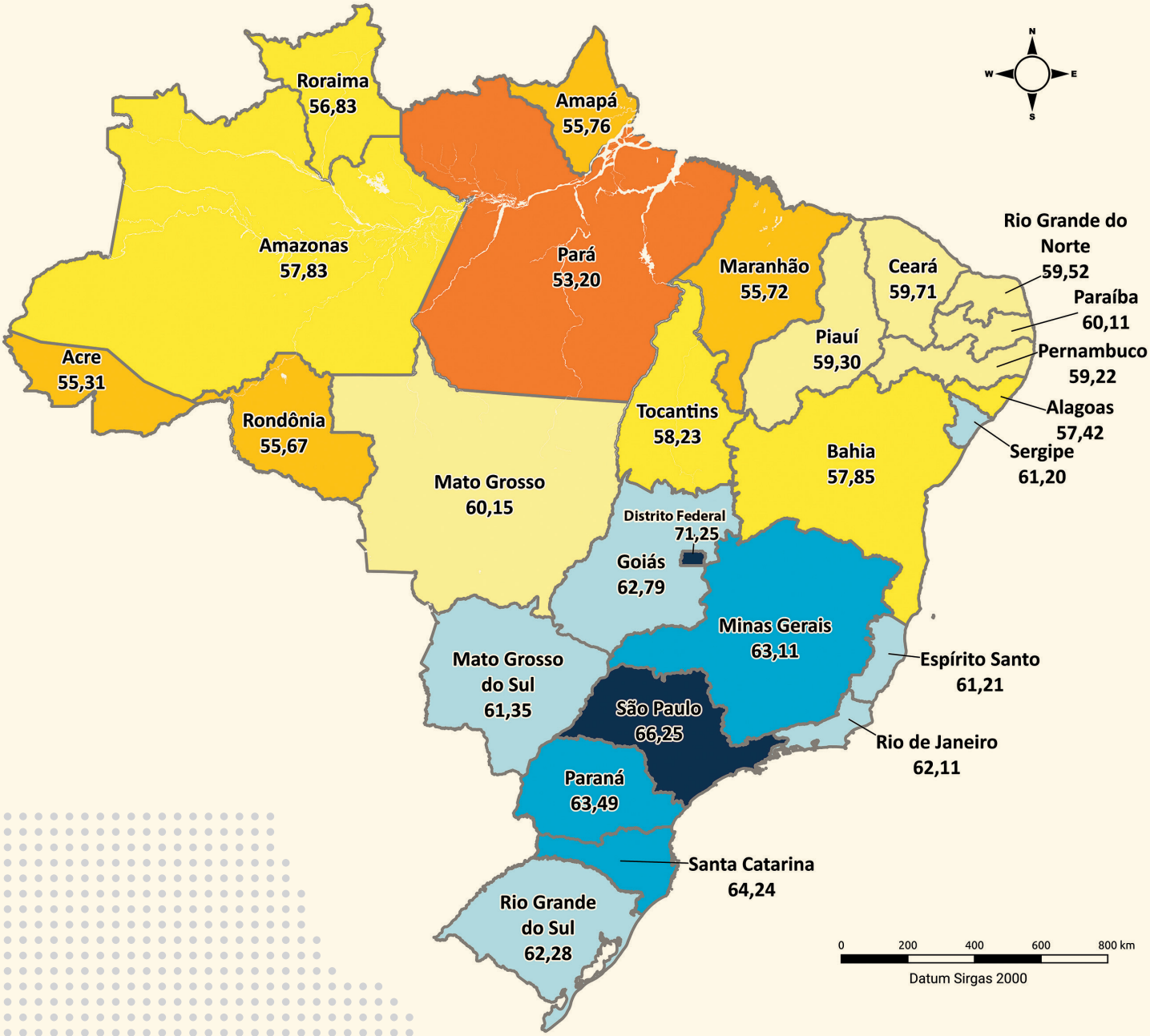
Tabela 15. Pontuações das capitais no IPS Brasil 2024 e sua classificação entre os nove *Tiers*.

Capital	UF	IPS	*Ranking*	*Tier*
Brasília	DF	71,25	1	1
Goiânia	GO	70,49	2	1
Belo Horizonte	MG	69,62	3	1
Florianópolis	SC	69,56	4	1
Curitiba	PR	69,36	5	1
São Paulo	SP	68,79	6	1
Cuiabá	MT	68,47	7	1
Campo Grande	MS	68,21	8	1
Palmas	TO	68,07	9	1
Aracaju	SE	67,89	10	1
Teresina	PI	67,37	11	1
Vitória	ES	67,20	12	1
Porto Alegre	RS	66,90	13	1
Rio de Janeiro	RJ	66,41	14	1
São Luís	MA	65,69	15	2
João Pessoa	PB	65,55	16	2
Natal	RN	64,45	17	2
Fortaleza	CE	64,42	18	2
Manaus	AM	64,35	19	2
Salvador	BA	63,80	20	2
Recife	PE	63,73	21	2
Boa Vista	RR	62,76	22	3
Rio Branco	AC	62,68	23	3
Belém	PA	62,51	24	3
Maceió	AL	62,37	25	3
Macapá	AP	58,03	26	5
Porto Velho	RO	57,10	27	5

ESTADOS

Distrito Federal (1°) e São Paulo (2°) destacaram-se com as melhores notas no *ranking* dos estados, em azul escuro no mapa (Figura 10). Apesar de seus bons desempenhos, eles também possuíam pontos de atenção, por exemplo, no componente Inclusão Social, o Distrito Federal ocupava o 26° lugar entre as 27 unidades federativas e São Paulo, o 23° lugar. O Acre (26°) e o Pará (27°), em laranja claro e escuro no mapa, respectivamente, apresentaram as notas mais baixas entre os estados. Contudo, estes dois estados também apresentaram resultados positivos no componente Saúde e Bem-estar: o Pará obteve o 4° lugar e o Acre, o 8° lugar entre os 27 estados (Anexo 3).

Figura 10. Resultados do IPS Brasil para as unidades federativas.

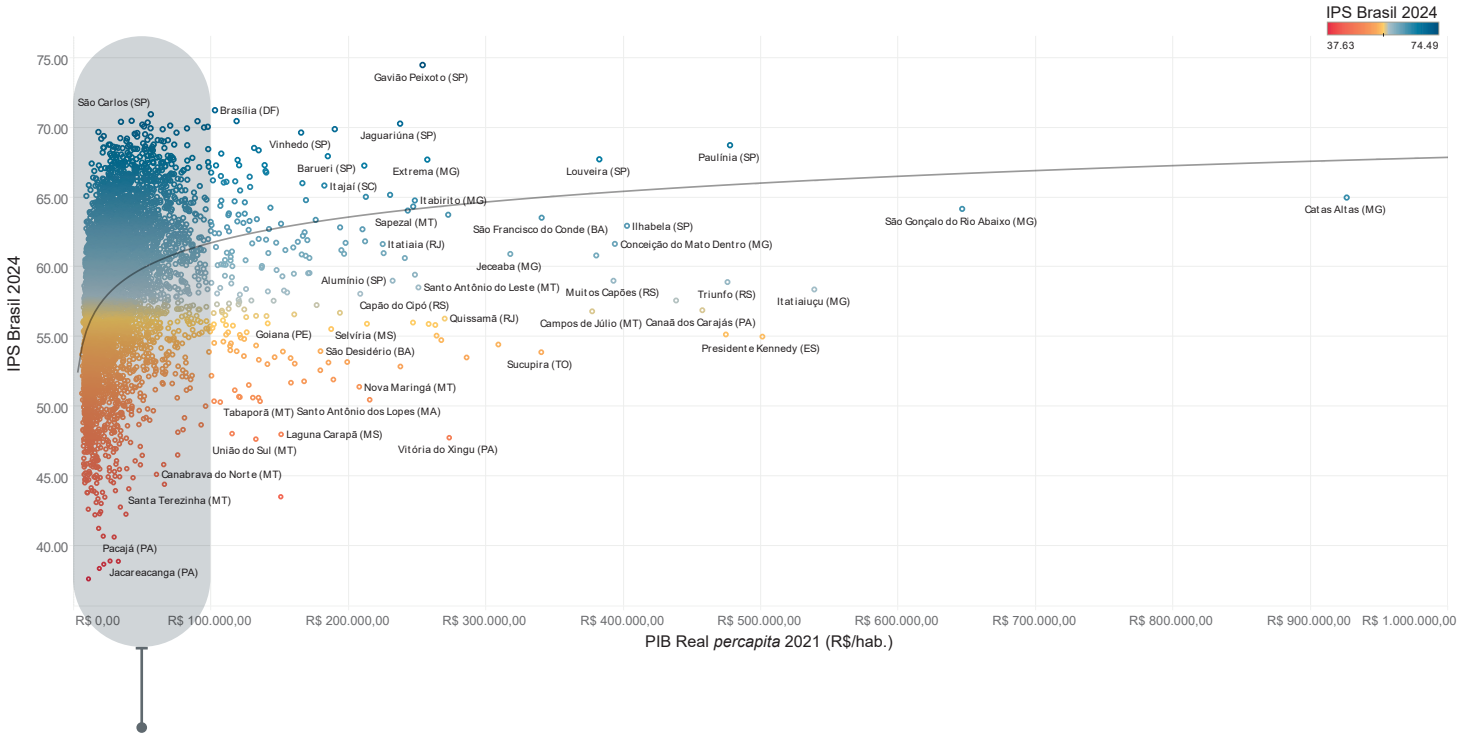


PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS

Somente a performance econômica não explica o progresso social de um município. O IPS é uma ferramenta que pode ajudar um território a compreender melhor a relação entre o seu progresso socioambiental e o desenvolvimento econômico, já que é possível fazer correlações entre o IPS e indicadores econômicos. No IPS Brasil 2024, optamos por fazer a análise considerando o PIB *per capita* 2021, porém, é possível realizar essa mesma correlação com outros indicadores como renda *per capita* ou investimentos em um território.

A análise de regressão feita a partir do IPS Brasil 2024 e o PIB *per capita* 2021 (Figura 11) revela uma grande variação de resultados, principalmente para aqueles municípios com PIB *per capita* inferior a R$ 100 mil. Houve uma variação grande nos resultados de progresso social entre os municípios com níveis de PIB menores, ou seja, mesmo com um PIB baixo, é possível atingir boas notas no IPS Brasil. Um exemplo ocorreu entre dois municípios na Amazônia Legal com a mesma faixa de PIB *per capita*, mas com resultados bem diferentes no IPS. De um lado estava o município Jacareacanga-PA – que sofria com garimpo ilegal e desmatamento – com IPS 38,92 e classificação 5.566/5.570 e, do outro, o município de Itacoatiara-AM com IPS 58,60 e classificação 2.579/5.570 localizado em uma área da Amazônia mais conservada. Essas grandes variações de resultados demonstram que o PIB *per capita* não explica sozinho o progresso social.

Figura 11. Relação entre o IPS Brasil 2024 e o PIB *per capita* 2021 dos municípios brasileiros.



A variação nos resultados de IPS em municípios com PIB *per capita* inferior a R$ 100 mil comprova que o desenvolvimento econômico não é o único determinante do progresso social

Para mais informações sobre o IPS Brasil, acessar: https://www.ipsbrasil.org.br

REFERÊNCIAS

BCB. Banco Central do Brasil. 2024. Calculadora do cidadão: Índice de Preços IPCA. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/jsp/index.jsp

IBGE. 2022. Malha municipal digital e áreas territoriais 2022: Nota metodológica n. 01. Informações técnicas e legais para a utilização dos dados publicados. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html

IBGE. 2023a. População residente total do Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/

IBGE. 2023b. Produto Interno Bruto dos municípios 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas

Seeg. Sistema de Estimativa de Emissões de GEE. 2024a. Emissões totais brutas de CO_2e GWP-AR5 por municípios brasileiros. Disponível em: https://seeg.eco.br/

Seeg. Sistema de Estimativa de Emissões de GEE. 2024b. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. Disponível em: https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/02/SEEG11-RELATORIO-ANALITICO.pdf

Social Progress Imperative. 2024. The 2024 Social Progress Index results. Social Progress Imperative. Washington, DC. Disponível em: https://www.socialprogress.org

Stern, S.; Harmacek, J.; Krylova, P. & Htitich, M. 2024. Social Progress Index Methodology summary. Social Progress Imperative. Washington, DC. Disponível em: https://www.socialprogress.org/methodology/

Imazon. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2023. IPS Amazônia 2023 [livro eletrônico]: Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: Resumo Executivo / Daniel Santos... [et al.]. 4. ed. Belém, PA.

ANEXOS I, II, III E IV

MAPAS DOS COMPONENTES IPS BRASIL 2024

•

RESULTADOS DO IPS BRASIL PARA AS CAPITAIS

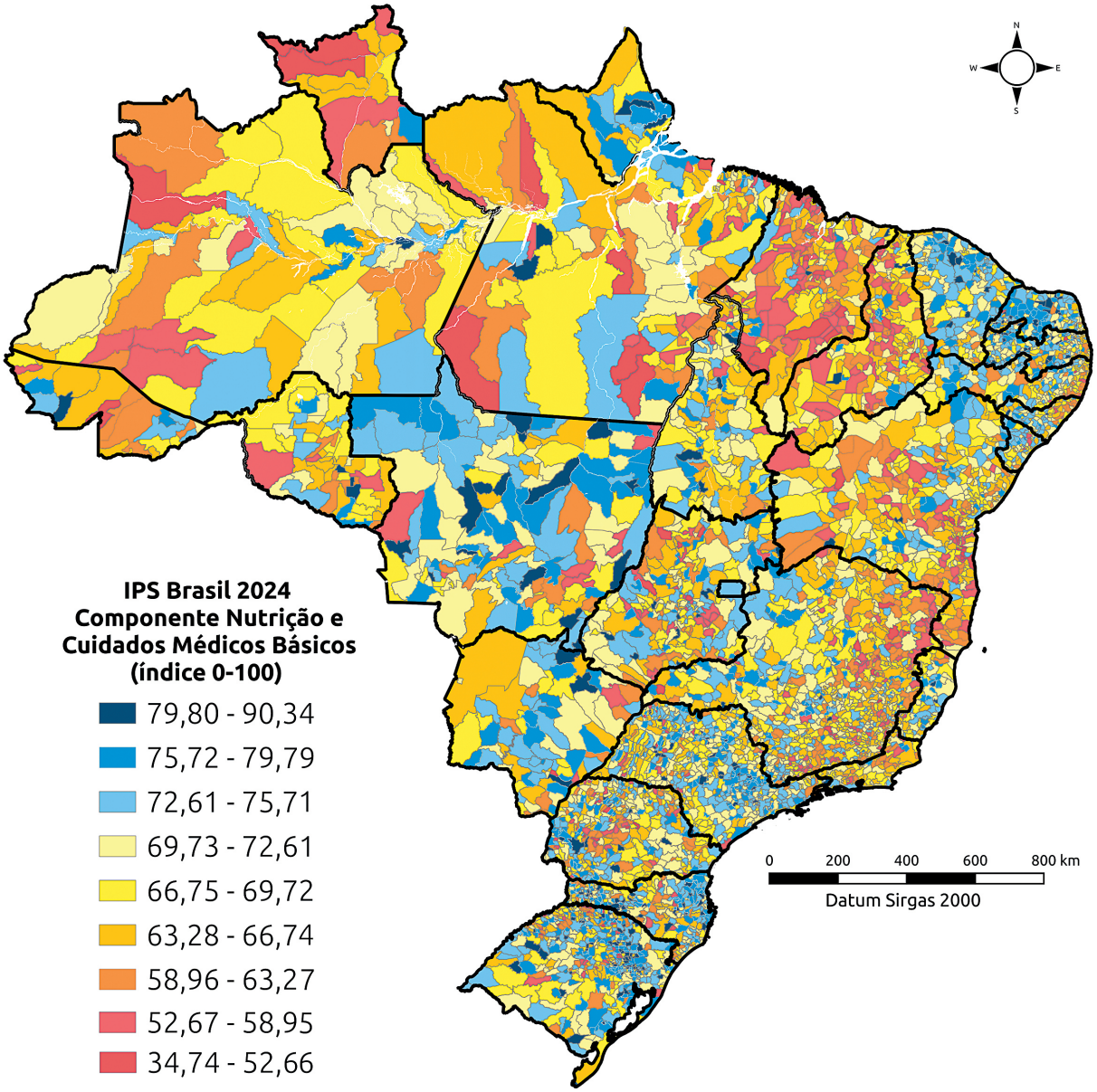
•

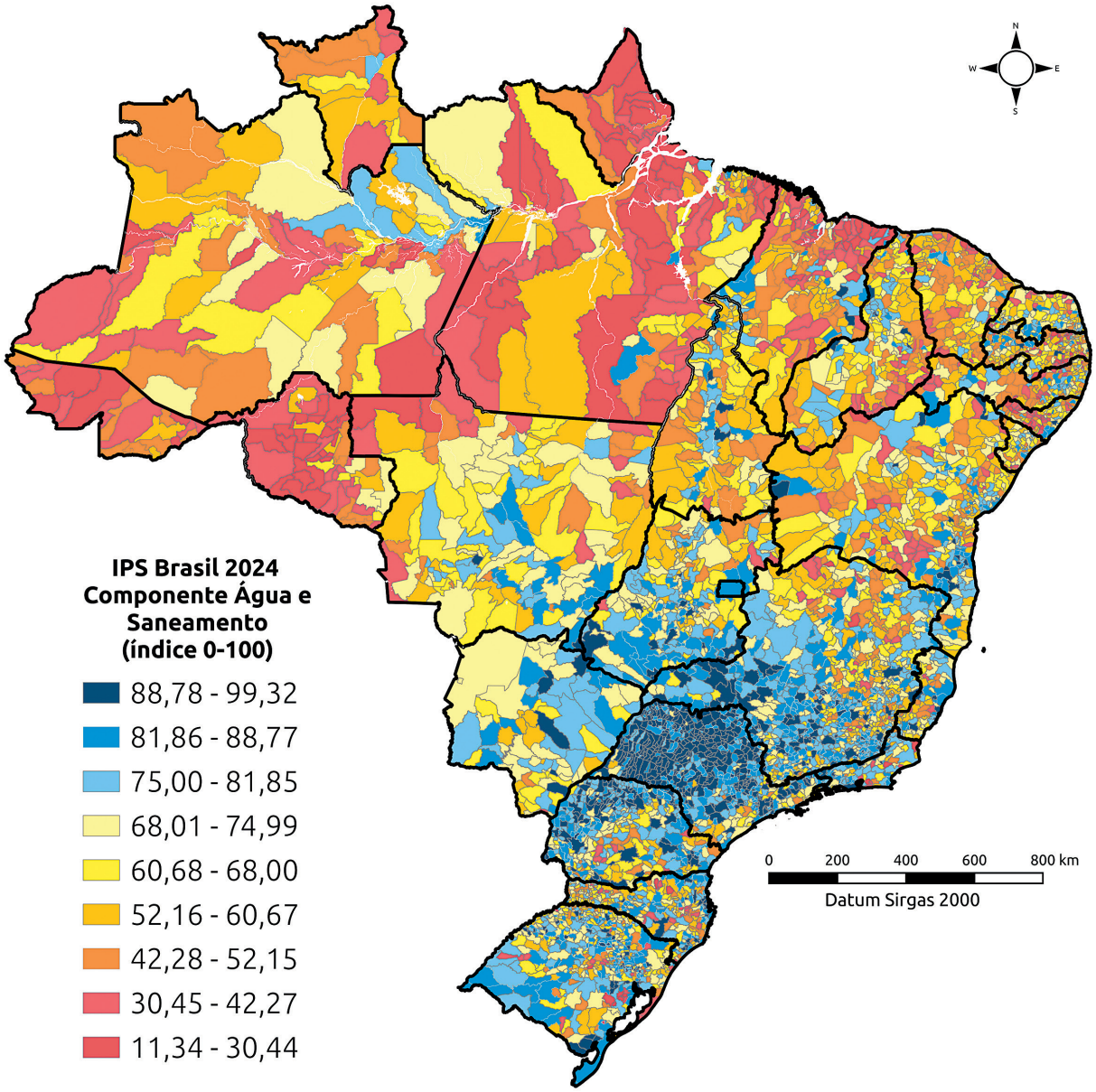
RESULTADOS DO IPS BRASIL POR COMPONENTE PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS

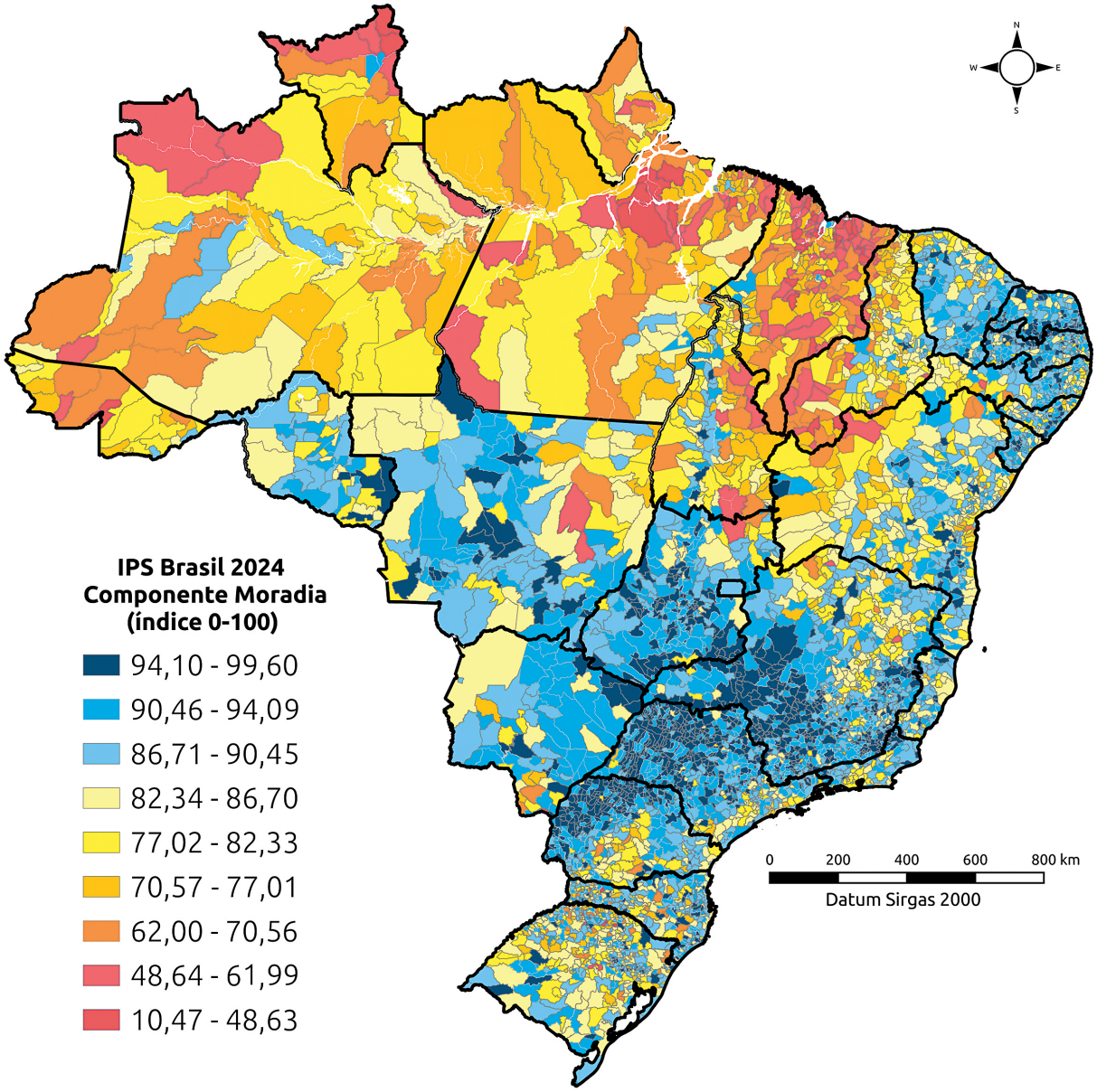
•

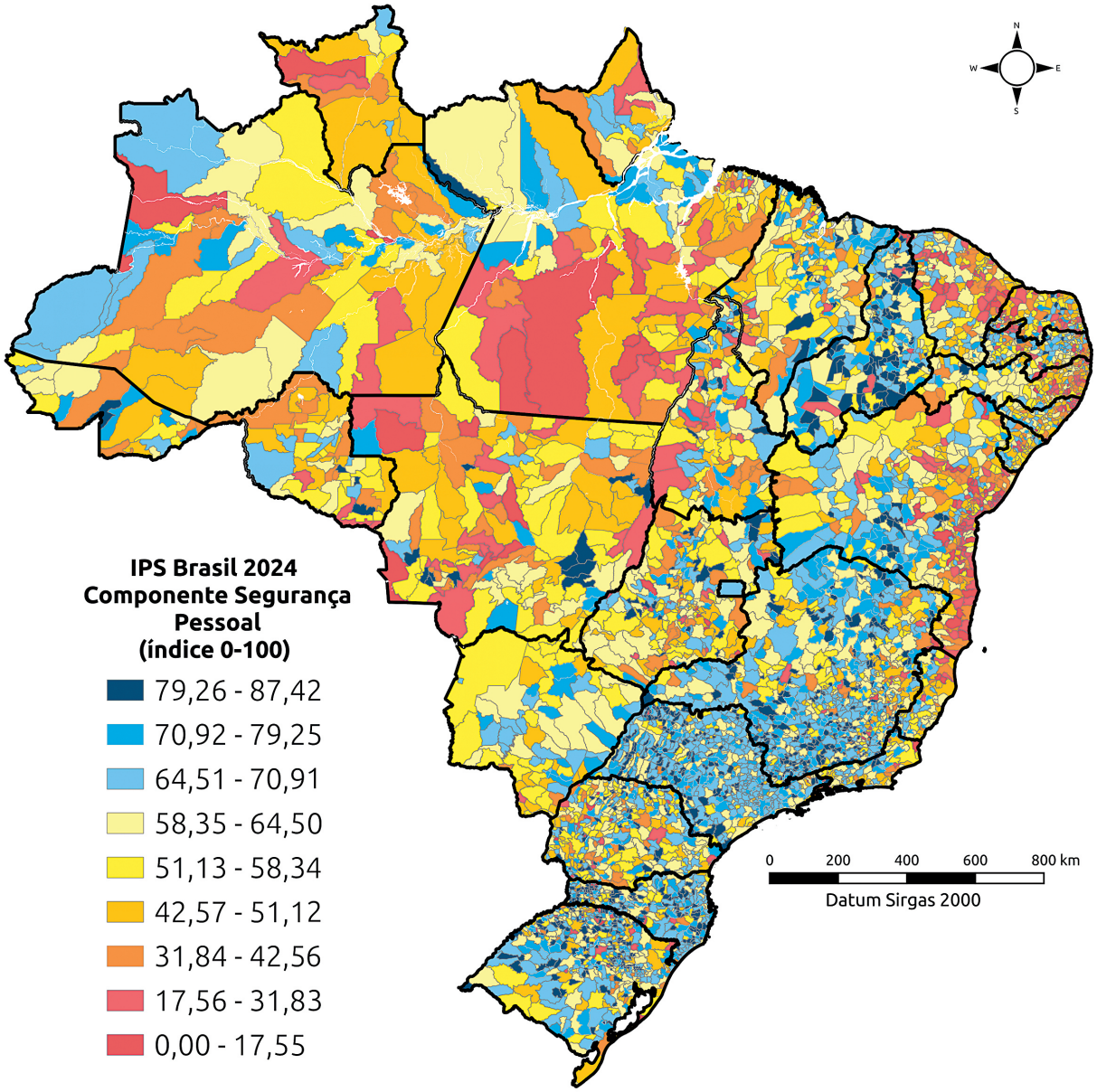
DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES DO IPS BRASIL 2024

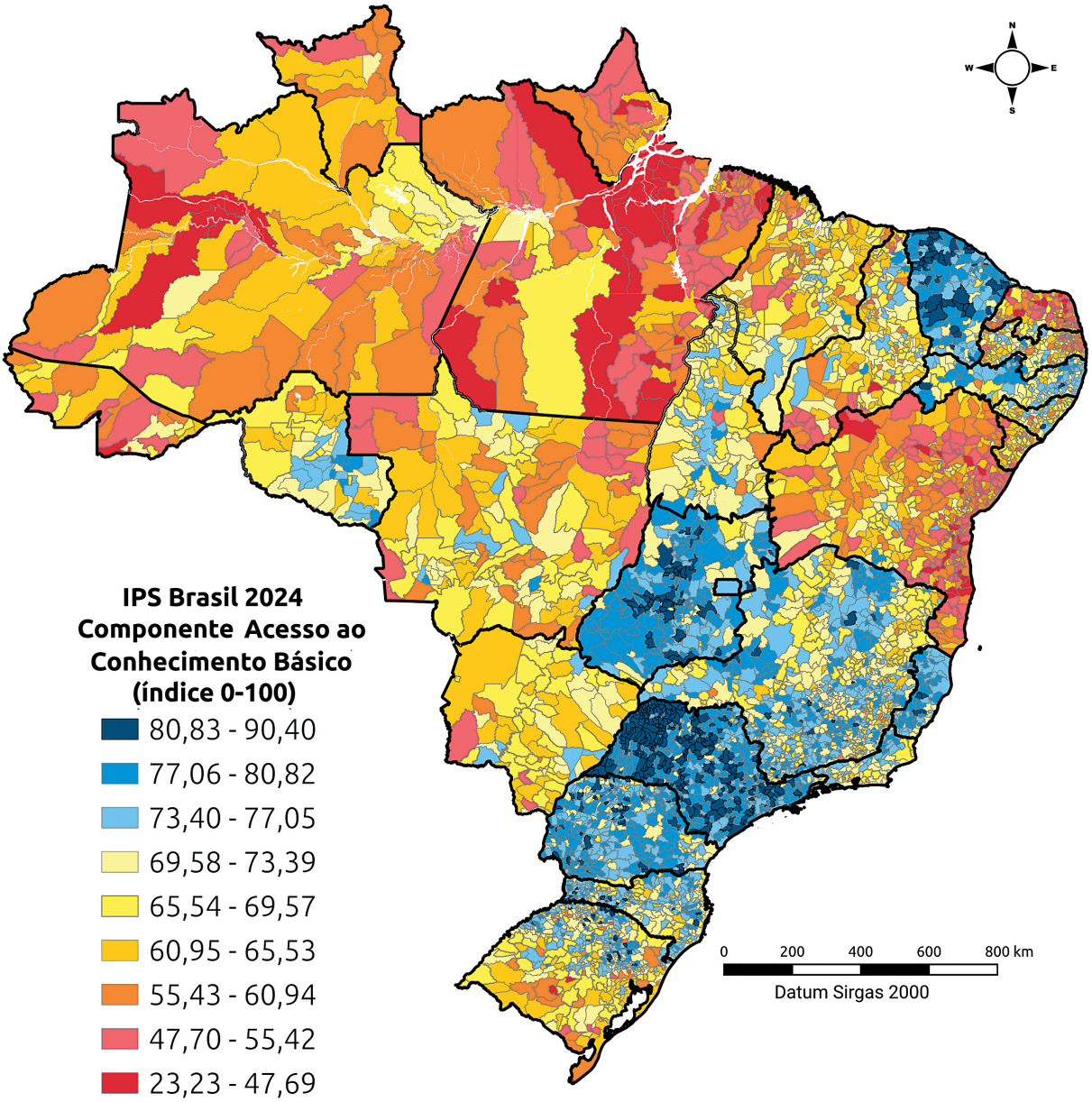
Anexo I - MAPAS DOS COMPONENTES IPS BRASIL 2024

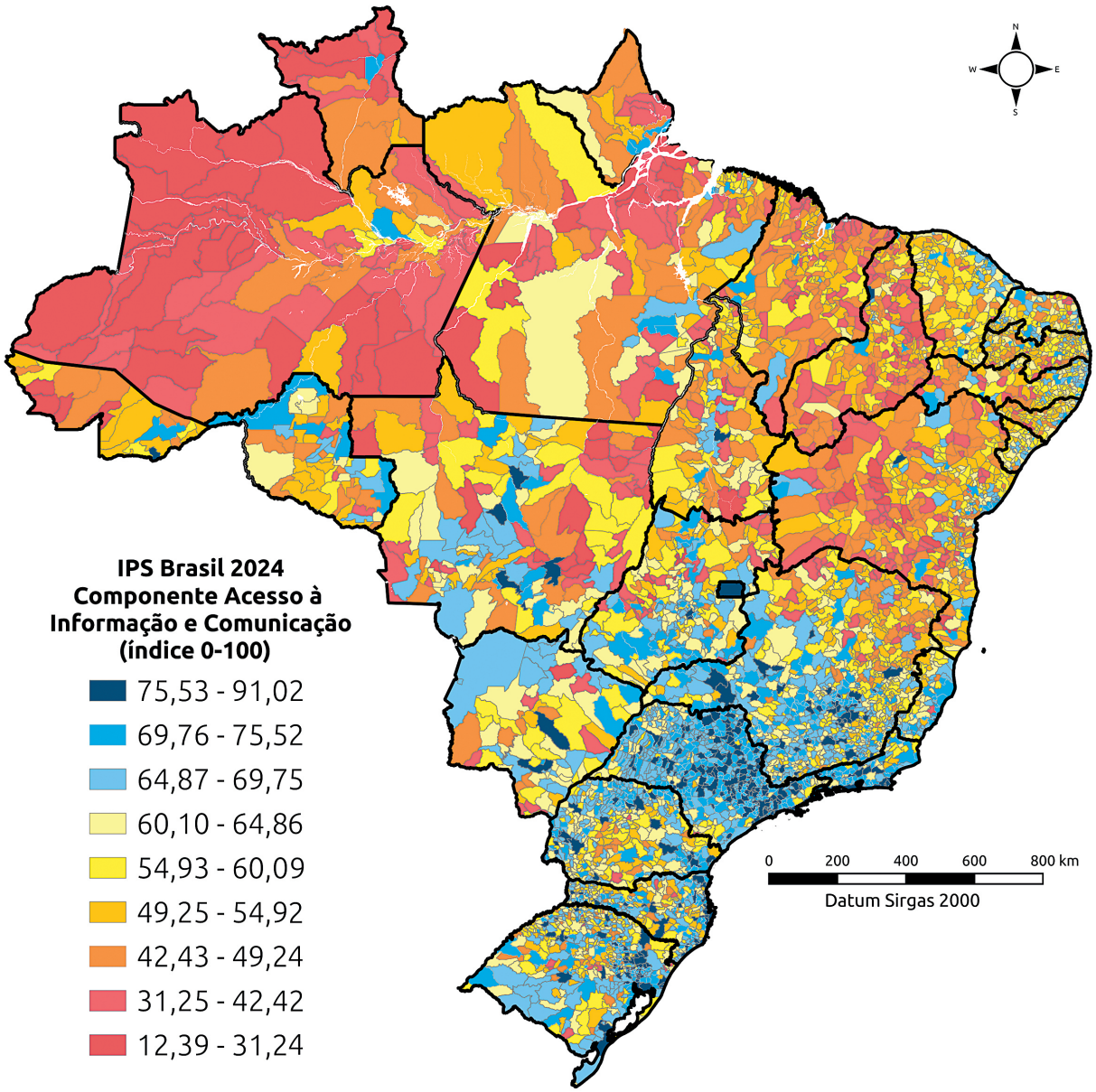


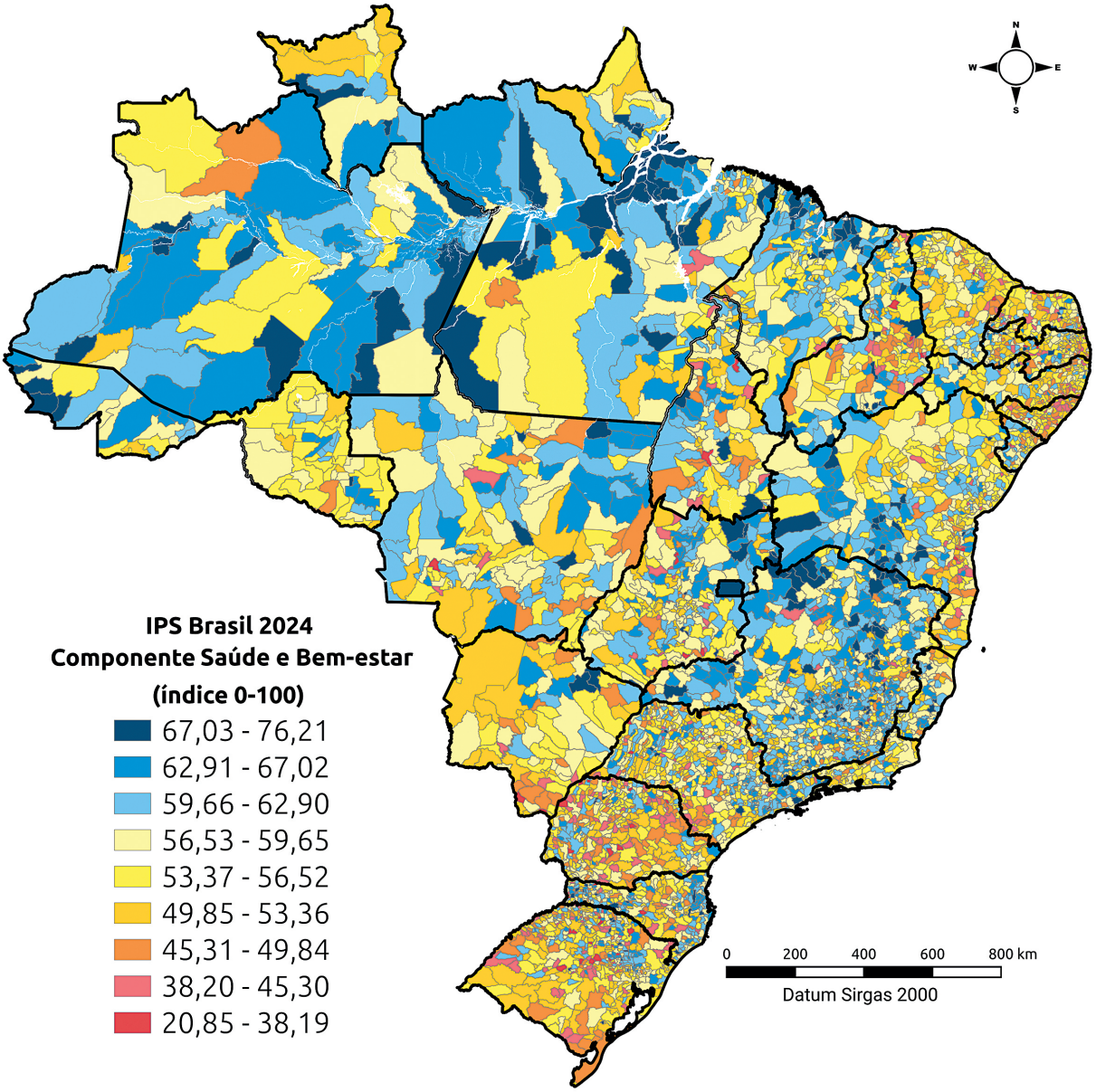

IPS Brasil 2024
Componente Água e Saneamento
(índice 0-100)
88,78 - 99,32
81,86 - 88,77
75,00 - 81,85
68,01 - 74,99
60,68 - 68,00
52,16 - 60,67
42,28 - 52,15
30,45 - 42,27
11,34 - 30,44
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

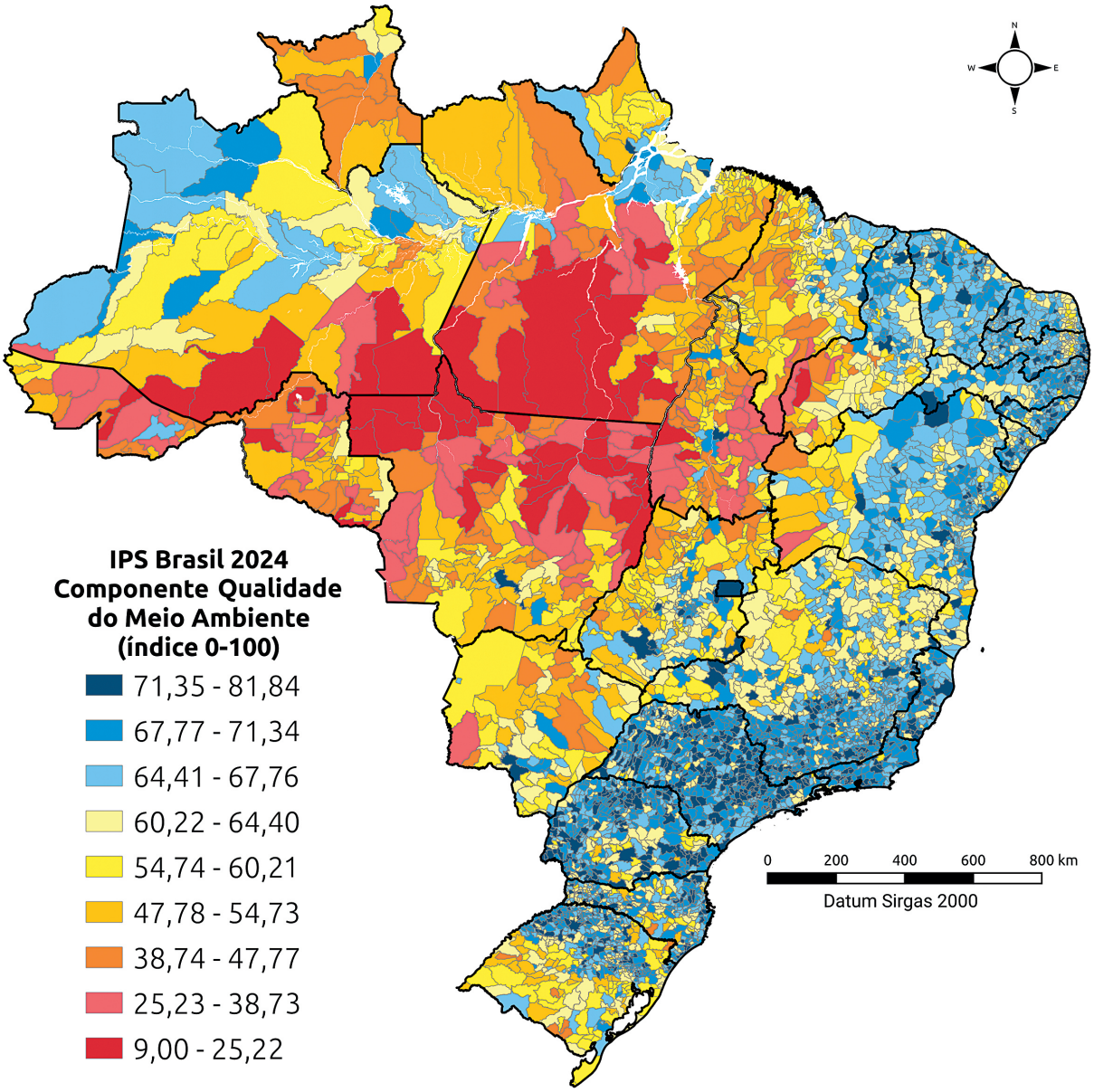

IPS Brasil 2024
Componente Moradia
(índice 0-100)
94,10 - 99,60
90,46 - 94,09
86,71 - 90,45
82,34 - 86,70
77,02 - 82,33
70,57 - 77,01
62,00 - 70,56
48,64 - 61,99
10,47 - 48,63
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

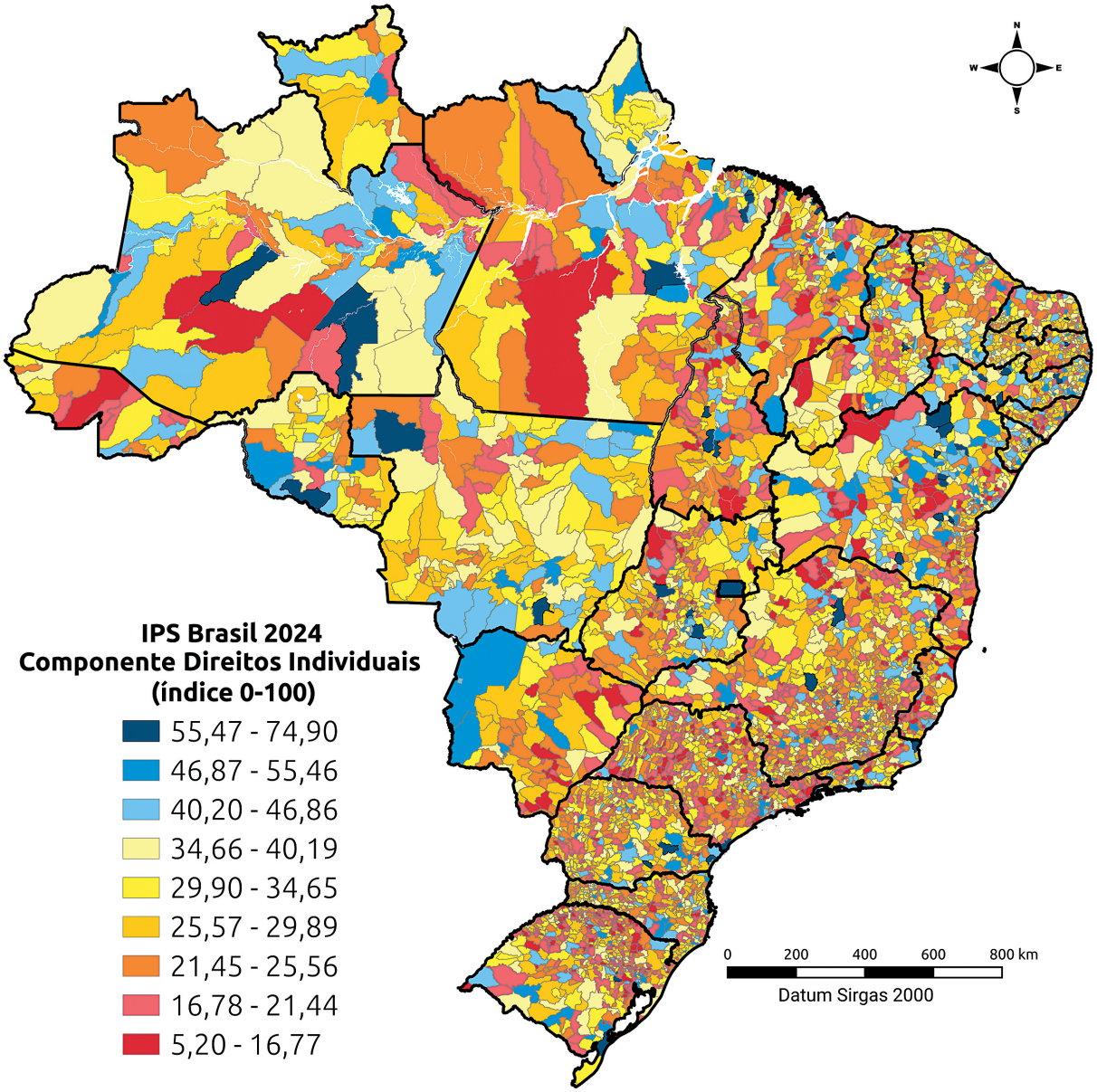

IPS Brasil 2024
Componente Segurança Pessoal
(índice 0-100)
79,26 - 87,42
70,92 - 79,25
64,51 - 70,91
58,35 - 64,50
51,13 - 58,34
42,57 - 51,12
31,84 - 42,56
17,56 - 31,83
0,00 - 17,55
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

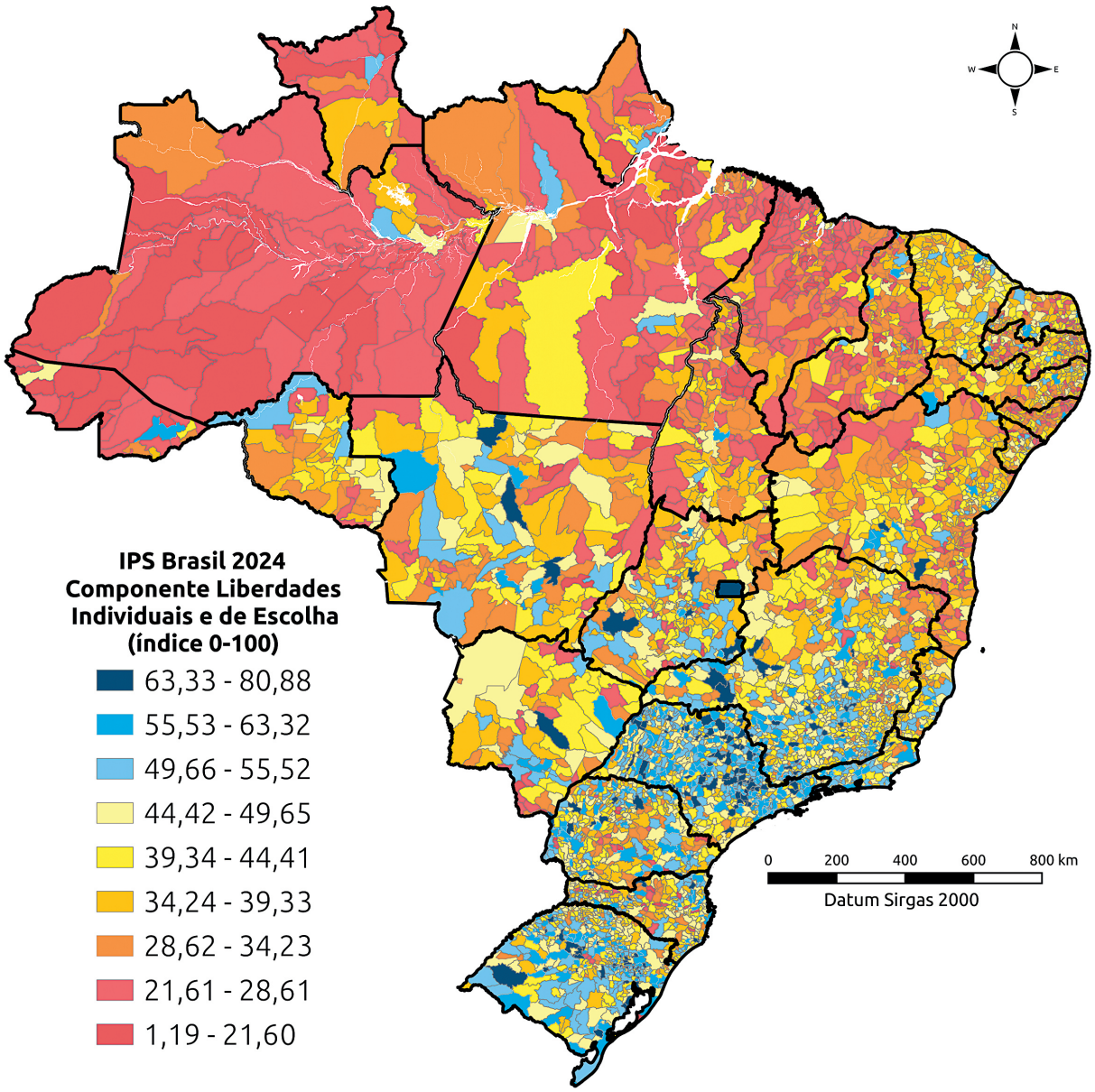

IPS Brasil 2024
Componente Acesso ao Conhecimento Básico
(índice 0-100)
80,83 - 90,40
77,06 - 80,82
73,40 - 77,05
69,58 - 73,39
65,54 - 69,57
60,95 - 65,53
55,43 - 60,94
47,70 - 55,42
23,23 - 47,69
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

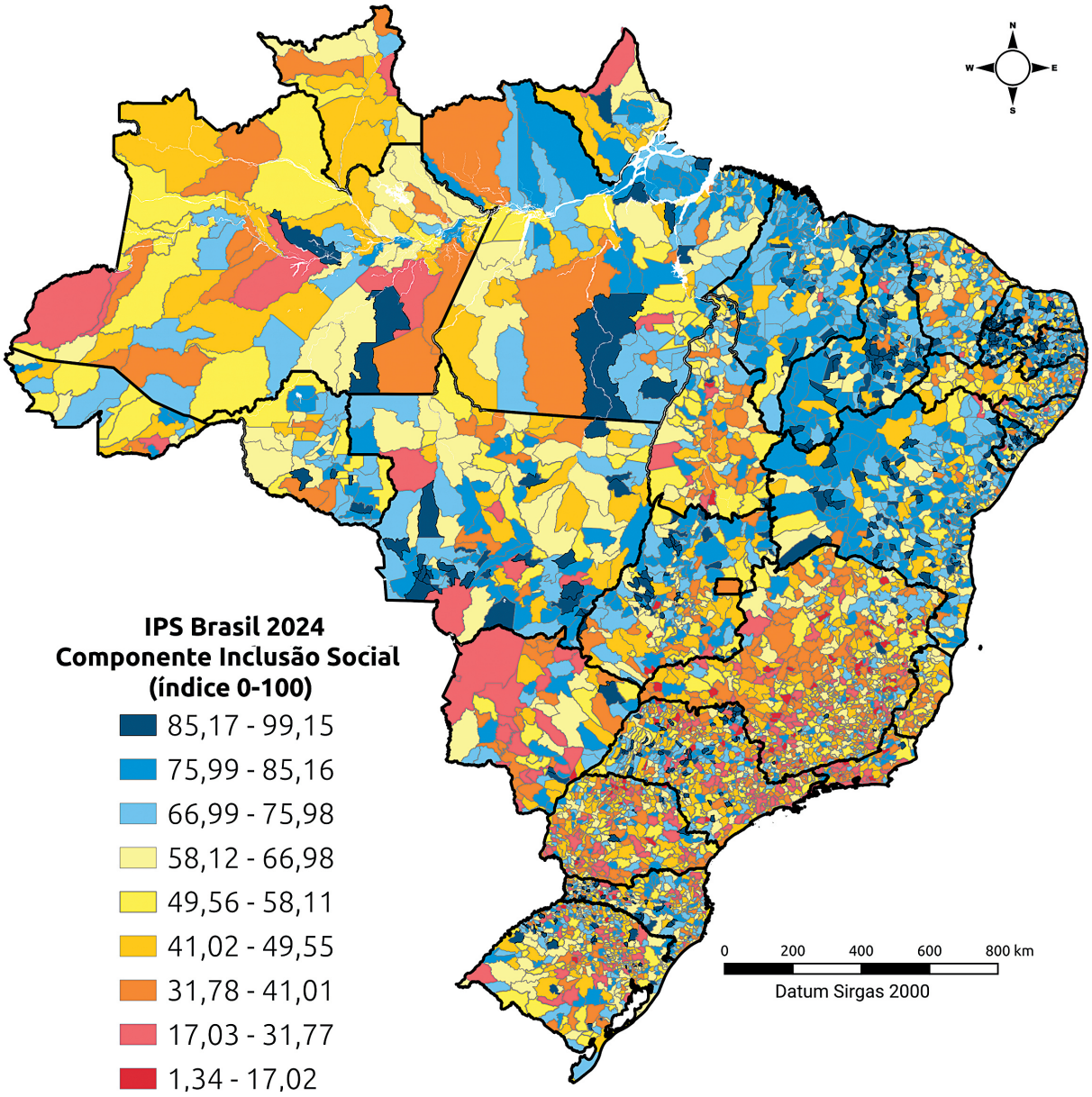

IPS Brasil 2024
Componente Acesso à Informação e Comunicação (índice 0-100)
75,53 - 91,02
69,76 - 75,52
64,87 - 69,75
60,10 - 64,86
54,93 - 60,09
49,25 - 54,92
42,43 - 49,24
31,25 - 42,42
12,39 - 31,24
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

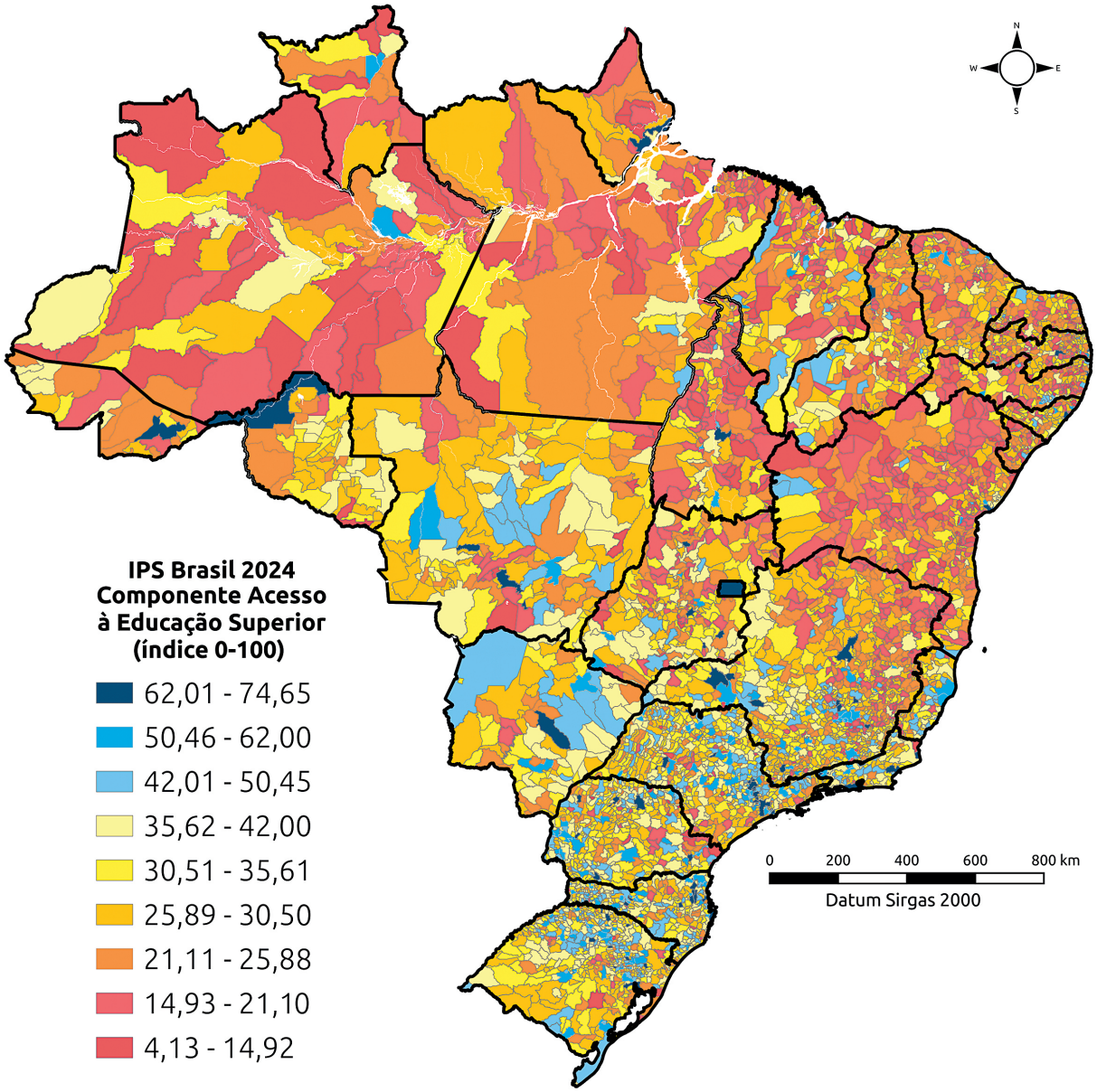

N
W
E
S
IPS Brasil 2024
Componente Saúde e Bem-estar
(índice 0-100)
67,03 - 76,21
62,91 - 67,02
59,66 - 62,90
56,53 - 59,65
53,37 - 56,52
49,85 - 53,36
45,31 - 49,84
38,20 - 45,30
20,85 - 38,19
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000


IPS Brasil 2024
Componente Qualidade
do Meio Ambiente
(índice 0-100)
71,35 - 81,84
67,77 - 71,34
64,41 - 67,76
60,22 - 64,40
54,74 - 60,21
47,78 - 54,73
38,74 - 47,77
25,23 - 38,73
9,00 - 25,22
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000


N
W
E
S
IPS Brasil 2024
Componente Direitos Individuais
(índice 0-100)
55,47 - 74,90
46,87 - 55,46
40,20 - 46,86
34,66 - 40,19
29,90 - 34,65
25,57 - 29,89
21,45 - 25,56
16,78 - 21,44
5,20 - 16,77
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000


IPS Brasil 2024
Componente Liberdades Individuais e de Escolha
(índice 0-100)
63,33 - 80,88
55,53 - 63,32
49,66 - 55,52
44,42 - 49,65
39,34 - 44,41
34,24 - 39,33
28,62 - 34,23
21,61 - 28,61
1,19 - 21,60
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000


IPS Brasil 2024
Componente Inclusão Social
(índice 0-100)
85,17 - 99,15
75,99 - 85,16
66,99 - 75,98
58,12 - 66,98
49,56 - 58,11
41,02 - 49,55
31,78 - 41,01
17,03 - 31,77
1,34 - 17,02
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000


IPS Brasil 2024
Componente Acesso
à Educação Superior
(índice 0-100)
62,01 - 74,65
50,46 - 62,00
42,01 - 50,45
35,62 - 42,00
30,51 - 35,61
25,89 - 30,50
21,11 - 25,88
14,93 - 21,10
4,13 - 14,92
N
W
E
S
0
200
400
600
800 km
Datum Sirgas 2000

ANEXO 2 – RESULTADOS DO IPS BRASIL PARA AS CAPITAIS

Município	UF	IPS Brasil 2024	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-estar	Qualidade do Meio Ambiente	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Inclusão Social	Acesso à Educação Superior
Brasília	DF	71,25	74,58	88,36	87,18	66,51	73,77	77,56	68,77	74,91	63,10	71,55	37,23	71,50
Goiânia	GO	70,49	73,17	91,88	94,96	62,25	78,64	79,38	61,25	71,25	56,13	67,26	37,02	72,73
Belo Horizonte	MG	69,62	70,35	89,19	85,32	64,87	72,77	80,27	63,39	71,40	55,58	62,15	45,55	74,56
Florianópolis	SC	69,56	79,16	87,69	86,67	71,20	71,57	84,45	64,40	70,25	39,21	62,48	43,71	73,97
Curitiba	PR	69,36	70,12	94,17	89,92	64,04	77,81	81,85	62,36	78,31	48,69	61,00	31,60	72,46
São Paulo	SP	68,79	74,68	93,19	90,98	73,90	75,78	79,48	61,11	69,04	47,98	60,45	27,02	71,85
Cuiabá	MT	68,47	73,30	83,70	91,96	64,32	68,72	76,77	58,52	74,53	47,47	62,18	48,73	71,52
Campo Grande	MS	68,21	74,64	90,48	92,50	63,40	72,19	78,49	55,54	70,73	47,70	71,09	30,23	71,55
Palmas	TO	68,07	74,22	90,12	91,61	43,91	79,11	77,88	61,95	73,55	54,51	62,67	36,01	71,30
Aracaju	SE	67,89	72,64	89,65	91,84	38,62	71,72	77,21	58,23	70,95	57,83	64,03	49,73	72,23
Teresina	PI	67,37	65,46	88,92	89,06	40,54	75,37	75,90	57,59	67,75	64,07	61,83	49,47	72,56
Vitória	ES	67,20	74,34	92,71	88,91	42,81	74,61	80,45	63,05	72,02	33,05	62,96	47,68	73,78
Porto Alegre	RS	66,90	73,59	92,04	78,56	56,26	65,93	81,98	58,54	65,89	54,90	68,17	33,52	73,42
Rio de Janeiro	RJ	66,41	73,44	88,82	80,41	65,98	70,22	76,94	58,69	70,99	46,64	60,80	31,31	72,68
São Luís	MA	65,69	67,97	72,77	91,45	58,31	73,04	74,54	61,21	66,43	46,26	47,74	58,10	70,50
João Pessoa	PB	65,25	67,78	89,39	95,20	51,85	67,14	78,38	59,29	71,86	39,22	56,79	40,81	65,33
Natal	RN	64,45	75,12	75,71	89,63	48,67	59,48	78,65	57,13	70,97	34,45	59,92	50,86	72,76
Fortaleza	CE	64,42	73,99	80,67	93,80	42,99	76,63	77,33	58,14	72,49	43,72	61,90	32,92	58,48
Manaus	AM	64,35	71,22	78,95	86,65	36,28	70,18	74,43	56,48	69,98	51,41	54,66	61,80	60,14
Salvador	BA	63,80	69,01	86,16	85,35	39,84	60,70	74,87	58,40	73,61	39,59	60,03	50,70	67,34
Recife	PE	63,73	66,34	78,74	87,29	39,21	76,80	73,41	54,92	71,81	52,40	60,07	31,19	72,58
Boa Vista	RR	62,76	66,15	79,99	90,73	54,06	69,96	73,20	54,54	68,87	41,08	54,76	47,80	51,94
Rio Branco	AC	62,68	72,75	60,26	80,39	52,91	71,55	74,41	57,85	64,84	45,29	60,39	41,49	70,07
Belém	PA	62,51	67,11	73,59	84,05	62,96	64,40	74,21	60,72	65,62	26,95	67,33	32,13	71,05
Maceió	AL	62,37	68,55	66,95	87,85	41,51	66,82	73,78	53,22	68,24	60,51	56,59	36,57	67,84
Macapá	AP	58,03	67,21	41,54	77,55	46,17	63,70	73,44	55,76	66,23	39,58	51,02	45,09	69,02
Porto Velho	RO	57,10	68,40	32,93	88,72	39,57	67,97	74,75	55,59	43,29	40,11	49,89	54,61	69,38

ANEXO 3 - RESULTADOS DOS COMPONENTES DO IPS BRASIL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS

Unidade Federativa	IPS Brasil 2024	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-estar	Qualidade do Meio Ambiente	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Inclusão Social	Acesso à Educação Superior
Distrito Federal	71,25	74,58	88,36	87,18	66,51	73,77	77,56	68,77	74,91	63,10	71,55	37,23	71,50
São Paulo	66,25	73,47	90,08	90,46	69,57	78,77	77,09	59,78	71,70	33,72	58,50	40,42	51,43
Santa Catarina	64,24	74,58	81,49	88,76	67,80	73,15	74,47	61,14	69,03	32,01	51,65	47,16	49,66
Paraná	63,49	70,92	86,54	91,22	59,89	77,05	72,75	56,83	72,80	33,77	53,78	39,26	47,10
Minas Gerais	63,11	69,30	82,04	91,04	64,90	73,46	71,05	61,66	69,03	33,90	52,26	46,90	41,81
Goiás	62,79	69,89	80,57	93,16	58,65	77,25	69,68	59,00	67,49	37,96	49,74	50,18	39,85
Rio Grande do Sul	62,28	72,88	80,92	84,91	60,80	68,34	73,52	55,39	66,77	36,29	56,77	45,59	45,15
Rio de Janeiro	62,11	68,64	81,29	82,94	59,05	69,36	74,25	57,76	71,44	40,73	54,63	35,44	49,82
Mato Grosso do Sul	61,35	71,78	80,14	90,21	60,48	68,63	68,96	54,73	64,60	34,01	53,69	40,29	48,66
Espírito Santo	61,21	71,75	81,68	88,27	50,07	75,46	71,12	59,98	69,18	30,13	49,70	46,01	41,22
Sergipe	61,20	70,79	74,37	91,22	47,78	65,78	67,23	57,28	68,71	42,37	46,94	63,81	38,13
Mato Grosso	60,15	72,24	73,99	90,84	50,36	66,62	66,24	58,08	55,14	40,19	49,81	56,84	41,41
Paraíba	60,11	69,33	71,47	92,29	53,61	65,64	64,77	55,27	68,69	33,74	43,24	64,00	39,26
Ceará	59,71	72,75	64,36	90,11	46,59	78,23	66,24	56,15	68,45	35,94	48,55	52,66	36,55
Rio Grande do Norte	59,52	73,96	71,02	92,04	47,36	59,33	67,55	55,58	66,82	32,45	46,76	62,58	38,77
Piauí	59,30	64,44	69,70	82,15	55,66	69,29	58,82	56,63	65,70	41,70	43,22	64,71	39,61
Pernambuco	59,22	67,73	68,66	87,52	46,33	74,90	65,11	56,22	69,54	41,88	45,69	51,53	35,51
Tocantins	58,23	69,96	75,09	85,69	50,66	73,53	63,01	58,31	59,45	36,01	42,21	48,67	36,21
Bahia	57,85	67,20	73,52	87,18	42,20	59,25	61,21	57,46	68,04	35,67	44,93	63,53	33,99
Amazonas	57,83	69,89	67,93	82,60	43,71	65,92	57,94	58,96	63,42	43,22	40,98	57,15	42,22
Alagoas	57,42	68,87	62,06	89,03	46,49	68,03	63,01	51,71	68,40	37,76	41,36	51,70	40,67
Roraima	56,83	64,17	68,52	81,16	50,03	66,33	60,71	56,02	62,38	37,95	44,89	48,04	41,80
Amapá	55,76	68,47	39,49	76,66	46,90	62,13	67,42	56,84	64,46	41,08	44,41	50,54	50,68
Maranhão	55,72	63,41	57,58	74,79	56,40	68,42	56,45	59,86	60,87	34,01	33,48	69,79	33,56
Rondônia	55,67	67,14	42,33	89,55	47,86	70,65	65,83	56,59	47,91	35,16	43,94	57,85	43,20
Acre	55,31	69,15	47,28	78,01	55,84	66,01	60,88	59,48	53,06	35,02	42,90	49,71	46,45
Pará	53,20	67,30	50,48	76,35	50,20	58,19	58,39	60,57	56,26	30,31	39,70	58,00	32,69
Brasil	61,83	70,51	77,79	87,74	58,27	71,82	69,77	58,59	68,21	35,97	51,04	48,42	43,88

Definições e fontes dos indicadores utilizados no IPS Brasil 2024:

- **COMPONENTE NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS**

- **Cobertura Vacinal - poliomielite** (% da população-alvo). Fonte: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) por meio de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)/Ministério da Saúde (https://bit.ly/ieps-vac).
  - Definição: cobertura vacinal estimada de poliomielite, considerando a população-alvo, ou seja, crianças menores de 1 ano (vacina injetável) até 4 anos (oral).

- **Hospitalizações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP)** (número de internações por 100 mil habitantes). Fontes: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), por meio de dados do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), e TabNet Datasus (https://bit.ly/ieps-hosp).
  - Definição: taxa de hospitalizações por CSAP por 100 mil habitantes, realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o local de residência. A classificação de condições sensíveis à atenção primária é feita com base na lista definida pelo Ministério da Saúde (Portaria nº 221/2018).

- **Mortalidade Ajustada por Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP)** (óbitos por 100 mil habitantes). Fontes: IEPS, por meio de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), TabNet Datasus e Censo 2010 (https://bit.ly/ieps-mort).
  - Definição: taxa de óbitos por 100 mil habitantes, considerando o local de residência e CSPA, ajustada por idade de acordo com a população de referência do Censo 2010. O indicador expressa a intensidade com a qual a mortalidade por CSAP atua sobre determinada população, sem considerar a influência da composição etária local.

- **Mortalidade Infantil até 5 anos** (óbitos por mil nascidos vivos). Fonte: Datasus/Ministério da Saúde, de acordo com os dados sobre os "óbitos de crianças até 5 anos" (https://bit.ly/44JkF0r) e "nascidos vivos" (https://bit.ly/4eQtona).
  - Definição: taxa de mortalidade infantil (óbitos de crianças menores que 5 anos) por mil nascidos vivos. Estima o risco de um nascido vivo morrer durante os primeiros cinco anos de vida, conforme especificado pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa).

- **Subnutrição** (% da população). Fonte: Sisvan/Ministério da Saúde (https://bit.ly/sisvan).
  - Definição: população de todas as faixas etárias que estão abaixo do peso ideal, a saber: crianças de 0 – 10 anos (peso muito baixo, peso baixo para a idade), adolescentes (magreza acentuada para a idade), adultos, idosos e gestantes (peso baixo). Dados obtidos a partir do registro do acompanhamento do estado nutricional do Sisvan.

- **COMPONENTE ÁGUA E SANEAMENTO**

- **Abastecimento de Água via Rede de Distribuição** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (https://bit.ly/3RT7B45).
  - Definição: porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de abastecimento de água adequado, incluindo rede geral de distribuição.

- **Esgotamento Sanitário Adequado** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/4eIr6GB).
  - Definição: porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de coleta de esgoto adequado, incluindo os sistemas de esgoto canalizado e fossas sépticas.

- **Índice de Abastecimento de Água** (% da população). Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS)/Ministério das Cidades (https://bit.ly/45P1tQk).
  - Definição: índice de atendimento total com o serviço de abastecimento de água em relação à população atendida, informada pelos prestadores de serviços de saneamento, e a população total residente, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- **Índice de Perdas de Água na Distribuição** (% do volume de água fornecido perdido na distribuição). Fonte: SNIS/Ministério das Cidades (https://bit.ly/45P1tQk).
  - Definição: índice de perdas de água na rede de distribuição, informada pelos prestadores de serviços de saneamento.

- **COMPONENTE MORADIA**

- **Domicílios com Coleta de Resíduos Adequada** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/4bsWCp5).
  - Definição: porcentagem das famílias com domicílios inscritas no CadÚnico com serviço de coleta de lixo adequada (forma de coleta direta pela concessionária de saneamento do município).

- **Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/3xU5czn).
  - Definição: porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios com serviço de iluminação elétrica adequada (ligada à rede de energia elétrica da concessionária com medidor próprio).

- **Domicílios com Paredes Adequadas** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/4574on3).
  - Definição: porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios cujas paredes são adequadas (alvenaria ou madeira aparelhada).

- **Domicílios com Pisos Adequados** (% de domicílios). Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/3zm3wiv).
  - Definição: porcentagem das famílias inscritas no CadÚnico morando em domicílios cujos pisos são adequados (cerâmica, carpete, cimento ou madeira aparelhada).

- **COMPONENTE SEGURANÇA PESSOAL**

- **Assassinatos de Jovens** (óbitos por 100 mil jovens de 15-29 anos). Pontuados em uma escala de 1-5: 1 = 0 | 2 = 1 - 57 | 3 = 57 - 105 | 4 = 105 - 181 | 5 > 181. Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por agressões na faixa etária 15-29 anos" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022 por idade" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de homicídios de pessoas na faixa etária de jovens (15-29 anos). Homicídio de jovens é definido como a morte deliberadamente infligida a uma pessoa por outra pessoa nesta faixa etária.

- **Assassinatos de Mulheres** (óbitos por 100 mil mulheres). Pontuados em uma escala de 1-5: 1 = 0 | 2 = 1 - 14 | 3 = 14 - 29 | 4 = 29 - 61 | 5 > 61. Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por agressões a mulheres" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente de mulheres em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de assassinatos de mulheres. Assassinato de mulheres é definido como a morte deliberadamente infligida a uma pessoa do sexo feminino por outra pessoa.

- **Homicídios** (óbitos por 100 mil habitantes). Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por agressões" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa bruta de homicídios em relação à população total. Homicídio é definido como a morte deliberadamente infligida a uma pessoa por outra pessoa.

- **Mortes por Acidente de Transporte** (óbitos por 100 mil habitantes). Pontuados em uma escala de 1-5: 1 = 0 | 2 = 1 - 32 | 3 = 32 - 57 | 4 = 57 - 102 | 5 > 102. Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por acidentes de transporte" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de mortes por acidente no trânsito, definido como todo acidente com veículo ocorrido na via pública. Nos acidentes de trânsito também são incluídos acidentes ocorridos na água e no espaço aéreo.

- **INDICADOR ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO**

- **Abandono no Ensino Fundamental** (% de alunos). Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (https://bit.ly/4bDF4a4).
  - Definição: taxa de abandono escolar para alunos do ensino fundamental, ou seja, o ato do aluno abandonar os estudos ou reprovar no ano letivo.

- **Abandono no Ensino Médio** (% de alunos). Fonte: Inep (https://bit.ly/4bDF4a4).
  - Definição: taxa de abandono escolar para alunos do ensino médio, ou seja, o ato do aluno abandonar os estudos ou reprovar no ano letivo.

- **Evasão no Ensino Médio** (% de alunos). Fonte: Inep (https://bit.ly/3zuYAYK).
  - Definição: taxa de evasão para alunos do ensino médio. A evasão é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que deixa de frequentar a escola de um ano para o outro, isto é, quando não se matricula no ano seguinte.

- **Distorção Idade-Série no Ensino Médio** (% de alunos). Fonte: Inep (https://bit.ly/4bDF4a4).
  - Definição: taxa de distorção idade-série para alunos do ensino médio. A distorção idade-série é o indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados.

- **Ideb Ensino Fundamental** (índice 0-10). Fonte: Inep (https://bit.ly/3RWoqex).
  - Definição: o Ideb é um indicador criado para medir a qualidade do ensino nas escolas. Ele é calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e do desempenho médio nas provas aplicadas pelo Inep. Compreende a nota média do Ideb nos anos finais e anos iniciais do ensino fundamental.

- **Reprovação Escolar no Ensino Médio** (% de alunos). Fonte: Inep (https://bit.ly/4bDF4a4).
  - Definição: reprovação escolar para alunos do ensino médio, que é a porcentagem de alunos que reprovam na série no referido ano letivo.

- **COMPONENTE ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

- **Cobertura *Internet* Móvel (4G/5G)** (% de moradores cobertos). Fonte: Anatel (https://bit.ly/45OzIax).
  - Definição: a estimativa da cobertura móvel envolve as seguintes variáveis: tecnologias, frequências, localização das estações, altura e direção das antenas, potências dos transmissores, edificações e relevo.

- **Densidade de *Internet* Banda Larga Fixa** (número de acessos/100 domicílios). Fonte: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) (https://bit.ly/45OzIax).
  - Definição: densidade dos acessos em serviço associados à prestação do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (banda larga fixa) representada pelo número de acessos em serviço por grupo de 100 domicílios.

- **Densidade de Telefonia Móvel** (número de acessos/100 habitantes). Fonte: Anatel (https://bit.ly/45OzIax).
  - Definição: densidade dos acessos em operação (*chips* ativos) associados à prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP (telefonia móvel) representada pelo número de acessos em operação por grupo de 100 habitantes.

- **Qualidade de *Internet* Móvel** (% de quedas ou congestionamentos). Fonte: Anatel (https://bit.ly/4cF7lOs).
  - Definição: mede a qualidade do serviço de *internet* móvel, expressa pela capacidade da rede em relação ao cumprimento das referências ou valores contratados de volume de dados transmitidos por segundo.

- **COMPONENTE SAÚDE E BEM-ESTAR**

- **Expectativa de Vida** (anos). Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), IBGE e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (https://bit.ly/3RXePEu).
  - Definição: número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

- **Mortalidade entre 15 e 50 anos** (óbitos/100 mil habitantes da faixa etária). Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos da faixa etária" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022 da faixa etária" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: número de óbitos por qualquer causa para cada 100 mil habitantes de todas as faixas etárias.

- **Mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)** (óbitos por 100 mil habitantes, ajustados por faixa etária). Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por DCNT de acordo com a CID-10" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022 da faixa etária" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de óbitos por DCNT a cada 100 mil habitantes ajustada por faixas etárias. As DCNTs são grupos de doenças que se caracterizam por terem uma etiologia incerta, múltiplos fatores de risco, longos períodos de latência, curso prolongado e por estarem associadas a deficiências e incapacidades funcionais como doenças cerebrovasculares e cardiovasculares, neoplasias, obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras.

- **Obesidade** (% da população). Fonte: Sisvan/Ministério da Saúde (https://bit.ly/sisvan).
  - Definição: população de todas as idades que está em situação de obesidade de acordo com o Índice de Massa Corporal (IMC).

- **Suicídios** (óbitos por 100 mil habitantes). Fontes: Datasus/Ministério da Saúde, por meio dos dados sobre os "óbitos por suicídio de acordo com a CID-10, Capítulo X-70" (https://bit.ly/44JkF0r), e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de mortalidade por suicídio. Corresponde ao número de mortes devido à lesão autoprovocada intencionalmente.

- **COMPONENTE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE**

- **Áreas Verdes Urbanas** (% da área de vegetação sobre a área da mancha urbana). Fonte: Mapbiomas (https://bit.ly/3XUPSgB).
  - Definição: corresponde à porcentagem de área de vegetação detectada pela coleção Sentinel-Beta (resolução 10m) nas sedes urbanas dos municípios em relação à área da mancha urbana total de cada município definido pelo Mapbiomas. A vegetação dentro das manchas urbanizadas corresponde aos grandes maciços de vegetação, excluindo, por exemplo, arborização urbana ou áreas ajardinadas.

- **Emissões de CO_2e por Habitante** (t/CO_2e GWP-AR5 por habitante). Pontuados em uma escala de 1-8: 1 = 0,5 - 14 | 2 = 14- 39 | 3 = 39 - 89 | 4 = 90 - 171 | 5 = 172 - 265 | 6 = 265 - 464 | 7 = 464 - 759 | 8 > 759. Fontes: Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) (https://seeg.eco.br/) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de emissões totais brutas de CO_2e com potencial de aquecimento global ARP5 (CO_2e GWP-ARP5) em relação ao número de habitantes do município (t/CO_2e por habitante).

- **Focos de Calor** (número de focos por 10 mil habitantes). Fontes: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (https://bit.ly/4eJmVu9) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: taxa de focos de calor na área do município em relação a 10 mil habitantes. Focos de calor provenientes dos satélites AQUA_M-T (manhã e tarde).

- **Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM)** (índice 0-100). Fonte: Instituto Votorantim (https://bit.ly/4bsYiPn).
  - Definição: o IVCM é um índice que contempla os riscos climáticos mais urgentes que podem atingir grande parte dos municípios brasileiros nos próximos anos: inundações, enchentes, alagamentos e enxurradas; deslizamentos; hídrico (seca); queimadas; redução/inviabilização de setores da agropecuária e aumento de problemas de saúde ligados ao clima.

- **Supressão da Vegetação Primária e Secundária** (% da área suprimida). Fonte: Mapbiomas (https://bit.ly/3W8QzS4).
  - Definição: taxa de supressão da vegetação primária e secundária oriunda da coleção 7 do Mapbiomas em relação à área total do município.

- **COMPONENTE DIREITOS INDIVIDUAIS**

- **Acesso a Programas de Direitos Humanos** [Categórica (0 = nenhum programa, de 1 = um programa a 15 = todos os programas na área de direitos humanos)]. Fonte: IBGE (https://bit.ly/3RTV6W0).
  - Definição: mede a existência e quantidade de programas de políticas públicas municipais voltadas aos direitos humanos da população. Exemplo: políticas de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, promoção da igualdade racial, proteção e atendimento às vítimas diretas e indiretas de violência etc.

- **Existência de Ações para Direitos de Minorias** [Categórica (0 = nenhum programa, de 1 = um programa a 11= há ações para todas as minorias)]. Fonte: IBGE (https://bit.ly/3RTV6W0).
  - Definição: verifica se há políticas públicas municipais com ações para grupos específicos (crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, população de rua etc.).

- **Índice de Atendimento à Demanda de Justiça** (% de processos baixados em relação ao número de casos novos). Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (https://bit.ly/4cIBBHS).
  - Definição: indica a capacidade do Poder Judiciário em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100% (quanto maior de 100%, melhor). Calculado de acordo com a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período em um tribunal de justiça estadual, medidos separadamente no 1º e 2º grau.

- **Taxa de Congestionamento Líquido de Processos** (% de processos baixados). Fonte: CNJ (https://bit.ly/4cIBBHS).
  - Definição: taxa de congestionamento de um tribunal de justiça estadual, isto é, a relação entre os processos que foram solucionados (baixados) e os que não foram (seja porque são novos ou porque se encontram pendentes). Quanto maior a taxa, mais difícil será para o tribunal lidar com seu estoque de processos. O cálculo é realizado de acordo com a divisão entre o estoque, isto é, a quantidade de processos pendentes de baixa e a soma desse estoque com os baixados.

COMPONENTE LIBERDADES INDIVIDUAIS E DE ESCOLHA

- **Acesso à Cultura, Lazer e Esporte** [Categórica (0 = nenhuma estrutura, de 1 = estrutura mínima a 10 = todas as estruturas)]. Fonte: IBGE (https://bit.ly/45THLD9).
  - Definição: existência no município de promoção de eventos e equipamentos (biblioteca, teatro, centro cultural ou estruturas dos estádios etc.) a fim de promover cultura e esporte para a população.

- **Gravidez na Adolescência (<19 anos)** (% de nascidos vivos com mães até 19 anos em relação ao total de nascidos vivos). Fonte: Datasus/Ministério da Saúde. Nascidos vivos (https://bit.ly/4eQtona).
  - Definição: taxa de crianças e adolescentes que tiveram filhos em relação à população feminina total até 19 anos. Idade da mãe: menor de 10 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos.

- **Praças e Parques em Áreas Urbanas** (área de praças em ha por 10 mil habitantes). Fontes: Mapbiomas (https://bit.ly/3XUPSgB) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: corresponde à taxa da área de praças e parques urbanos (em ha) em relação à população do município.

- **Trabalho Infantil** (número de casos de trabalho infantil por 10 mil famílias). Pontuados em uma escala de 1-5: 1 = 0 | 2 = 0,1 – 27,8 | 3 = 27,8 – 59,0 | 4 = 59,0 – 107,4 | 5 > 107,4. Fonte: CadÚnico/MDS (https://bit.ly/3LwdGQJ).
  - Definição: taxa de famílias com pelo menos um membro em situação de trabalho infantil em relação ao total de famílias inscritas no CadÚnico.

- **COMPONENTE INCLUSÃO SOCIAL**

- **Paridade de Gênero na Câmara Municipal** [0 - 1 (0 = paridade inexistente | 1 = paridade perfeita)]. Fonte: TSE (https://bit.ly/3RVkkmO).
  - Definição: taxa de paridade de mulheres eleitas nas câmaras municipais em relação à porcentagem da população de mulheres de cada município.

- **Paridade de Negros na Câmara Municipal** [0 - 1 (0 = paridade inexistente | 1 = paridade perfeita)]. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (https://bit.ly/3RVkkmO).
  - Definição: taxa de paridade de pretos e pardos eleitos nas câmaras municipais em relação à porcentagem da população de pretos e pardos de cada município.

- **Violência contra Indígenas** (número de casos por 10 mil indígenas). Pontuados em uma escala de 1-4. 1 = 0 | 2 = 0,6 – 909,1 | 3 = 909,1 – 1.428,6 | 4 > 1.428,6. Fontes: Sistema Nacional de Atendimento Médico (Sinam)-Datasus/Ministério da Saúde (https://bit.ly/4cK8B2D) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população indígena em 2022" (https://bit.ly/4cjyre1).
  - Definição: número de casos de qualquer tipo de violência contra os povos indígenas.

- **Violência contra Mulheres** (número de casos de violência por 100 mil mulheres). Pontuados em uma escala de 1-5: 1 = 0 | 2 = 0,6 – 86,3 | 3 = 86,3 – 187,8 | 4 = 187,8 – 363,8 | 5 > 363,8. Fontes: Sinam-Datasus/Ministério da Saúde (https://bit.ly/4cK8B2D) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente de mulheres em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: número de casos de violência doméstica, sexual e outros tipos de violência contra as mulheres.

- **Violência contra Negros** (número de casos de violência por 100 mil pessoas negras). Pontuados em uma escala de 1-6: 1 = 0 | 2 = 1,0 – 64,1 | 3 = 64,1 – 128,2 | 4 = 128,2 – 226,3 | 5 = 226,3 - 432,4 | 6 > 432,4. Fontes: Sinam-Datasus/Ministério da Saúde (https://bit.ly/4cK8B2D) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população por cor ou raça em 2022" (https://bit.ly/4byjSlJ).
  - Definição: número de casos de qualquer tipo de violência contra negros.

- **COMPONENTE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR**

- **Empregados com Ensino Superior** (número de empregados com mais de 25 anos com nível superior por mil habitantes). Fontes: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE) – (https://bit.ly/3RVDSI5) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: número de pessoas acima de 25 anos com vínculo ativo com formação de nível superior por mil habitantes acima de 25 anos.

- **Mulheres Empregadas com Ensino Superior** (número de mulheres empregadas com mais de 25 anos por mil mulheres). Fontes: Rais/MTE (https://bit.ly/3RVDSI5) e IBGE, por meio dos dados sobre a "população residente em 2022" (https://bit.ly/3VrvLot).
  - Definição: número de mulheres com vínculo ativo e que possuem formação de nível superior por mil mulheres acima de 25 anos.

- **Nota Média no Enem** (200 - 1.000 pontos). Fonte: Inep (https://bit.ly/3zD1LgY).
  - Definição: corresponde à média aritmética da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de todos os alunos do município que realizaram a prova no ano de conclusão. Foram consideradas notas de alunos que concluíram todas as provas.

ISBN 978-65-89617-23-5

IPS BRASIL
ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

Realização:

Imazon · Amazônia 2030 · Fundación Avina · Anatta Pesquisa e Desenvolvimento · Centro de Empreendedorismo da Amazônia · Social Progress Imperative

Parceiros:

MapBiomas · O Mundo que Queremos · Saúde & Alegria · Instituto Floresta Viva · geoplus · Instituto Igarapé a think and do tank · pm21 · Fundação Roberto Marinho · Nupens USP

Apoiadores:

Fundação Itaú · Vale · skoll · Hydro · iCS Instituto Clima e Sociedade · instituto ITAÚSA · Climate and Land Use Alliance